



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

**AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NA ESCRITA SOB O OLHAR DA CLÍNICA
FONOAUDIOLÓGICA**

MICHELLE CAROLINA GARCIA DA ROCHA

PROF^a. DR^a. MARÍLIA ANA DE MOURA AGUIAR
(ORIENTADORA)

**Recife
2008**

Michelle Carolina Garcia da Rocha

**AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NA ESCRITA SOB O OLHAR DA CLÍNICA
FONOAUDIOLÓGICA**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de
Mestrado em Ciências da
Linguagem como requisito
parcial para obtenção do título
de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Ana de Moura Aguiar

Recife
2008

R663v

Rocha, Michelle Carolina Garcia da

As variações lingüísticas na escrita sob o olhar da clínica fonoaudióloga / Michelle Carolina Garcia da Rocha; orientadora Marígia Ana de Moura Aguiar, 2008.

95, [23] f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciência da lingüística, 2008.

1. Fonoaudiologia. 2.Lingüística. 3.escrita. I. Título

CDU 615.72

Michelle Carolina Garcia da Rocha

**AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NA ESCRITA SOB O OLHAR DA CLÍNICA
FONOAUDIOLÓGICA**

DEFESA PÚBLICA em

Recife, _____ de _____ de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marília Ana de Moura Aguiar

1º Examinador: Prof^ª. Dr^ª. Nadia Pereira da Silva Azevedo

2º Examinador: Prof. Dr. Eduardo Calil de Oliveira

Recife
2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me iluminou e me ajudou em todos os momentos para que eu conseguisse vencer mais esta etapa da minha vida.

À minha família, em especial aos meus pais e ao meu irmão, que me ajudaram a concretizar este sonho dando forças e incentivo no momento em que eles pareciam faltar.

Ao meu marido, que ficou ao meu lado me apoiando e entendendo minhas intermináveis viagens a Recife e me acolheu nos momentos de ansiedade e angústia.

À minha orientadora, que, em nossas reuniões “práticas e objetivas”, me ajudou a construir e defender meus pontos de vista.

À banca examinadora, Prof^a. Dr^a. Nadia Azevedo e Prof. Dr. Eduardo Calil, pelas preciosas contribuições que enriqueceram e solidificaram ainda mais meu trabalho.

Aos professores do Mestrado, que me ensinaram a gostar (ainda mais) das Ciências da Linguagem.

A todos que fazem a Faculdade de Fonoaudiologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), por me apoiarem nesta caminhada e suprirem minha “ausência parcial” nas atividades acadêmicas.

Aos meus amigos, em especial a Ângela Oliveira, que foi (e sempre será) mais que uma amiga, com quem dividi momentos inesquecíveis no Mestrado e fora dele. Agradeço também aos amigos de Maceió que me ajudaram nos dias em que estava lá, mas com o pensamento nas atividades do Mestrado.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para mais este sonho realizado, etapa conquistada apenas como um “degrau” para outras tantas que hão de surgir.

“No consultório, a escrita não aparece desvinculada de sua história nos aspectos social, ideológico (...). Ao me deparar com as variações lingüísticas, considero todos os contextos envolvidos e, principalmente, o sujeito que escreve. Isto, obviamente, não invalida de eu levá-lo a perceber as diferentes formas de escrita, considerando o objetivo de quem escreve e para quem escreve.” **(F12 – fonoaudiólogo participante deste trabalho)**

RESUMO

A concepção de língua mais utilizada atualmente baseia-se nos pressupostos teóricos da sociolingüística, que a concebe como um instrumento social constituído a partir dos usos que os falantes fazem de suas modalidades oral e escrita e de convenções pré-estabelecidas que integram a sua norma padrão. Nesse sentido, tem-se a possibilidade de variações na língua, visto que cada comunidade fará uso de algumas formas lingüísticas de forma distinta. No entanto, é comum observar, de forma empírica, a desconsideração dessas variedades na escrita pelos fonoaudiólogos, cuja visão distorcida sobre a concepção de língua e a noção sobre o gênero textual, considera a escrita como uma modalidade sempre formal que não admite formas lingüísticas diferentes da norma padrão. Com base em observações dessa natureza na prática clínica fonoaudiológica, o presente estudo objetivou investigar o tratamento dado pelos fonoaudiólogos às variações lingüísticas numa produção escrita de uma criança. Para isso, investigou-se, através da análise de um texto escrito, a postura de 18 (dezoito) fonoaudiólogos em relação à produção de uma criança, enfocando suas observações e comparando-as com sua concepção de língua, de variação lingüística, de erros e de desvios, manifestada em resposta a um questionário previamente elaborado, destacando questões relativas a estes aspectos. Os dados evidenciaram que grande parte dos fonoaudiólogos não tem conhecimento sobre os aspectos teóricos das variações lingüísticas na escrita, tratando-as como erros que devem ser corrigidos, desconsiderando o conceito de língua abordado pela sociolingüística e a noção de gênero textual que determina o monitoramento estilístico do texto. Diante disso, questiona-se o acesso que estes profissionais têm a conteúdos relacionados à Sociolingüística em sua formação acadêmica. Por fim, este trabalho busca alertar os fonoaudiólogos para a importância de se trabalhar com uma concepção atual de língua, de forma a contribuir para o reconhecimento e o respeito às variedades que a língua apresenta, respeitando a linguagem, a cultura e a identidade das crianças, visto que as diferenças lingüísticas não representam erros, mas sim peculiaridades.

Palavras-chaves: variações lingüísticas, escrita, fonoaudiologia.

ABSTRACT

The design of language most used today is based on theoretical assumptions of sociolinguistics, which conceives as a social instrument made from uses that the speakers make their arrangements and writing and pre-established conventions which comprise its standard pattern. In that sense, one has the possibility of changes in the language, since each community will make use of some different forms of language. However, it is common observed, empirical way, the lack of these varieties in writing by speech therapists, whose distorted vision about the development of language and the concept of the genus textual, believes the writing as a formal mode whenever that does not allow different forms of language standard pattern. Based on such observations in phonoaudiology's clinical practice, this study aimed to investigate the treatment given by speech therapists to changes in a production written language of a child. Therefore, it is investigated by means of analysis of a written text, the position of 18 (eighteen) speech therapists on the production of a child, focusing its observations and comparing them with his design of language, linguistic variation of errors and deviations, expressed in response to a questionnaire prepared in advance, highlighting issues relating to these aspects. The data showed that much of the speech therapists are not aware of the theoretical aspects of the variations in the written language, treating them as mistakes to be corrected, disregarding the concept of language of the sociolinguistics and the concept of gender textual which determines the style of tracking text. Faced applicable, the questioning is that these professionals have access to content related to sociolinguistics in their graduated and pos-graduated. Finally, this job search alert the speech therapists to the importance of working with a current design language, in order to contribute to the recognition and respect for varieties that the language presents, respecting the language, culture and identity of the children, because that the linguistic differences do not represent errors, but peculiarities.

Key-words: linguistic variations, written, phonoaudiology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.1 Língua	13
1.1.2 Concepções de Língua	13
1.1.2 Modalidades da Língua	19
1.1.3 Noção de Gênero Textual	21
1.1.4 A Concepção de "Erro"	24
1.2 Escrita	27
1.2.1 Aquisição da Escrita	27
1.3 A Clínica Fonoaudiológica	33
1.3.1 O Contexto da Clínica.....	34
1.3.2 Distúrbios da Linguagem Escrita.....	36
2. METODOLOGIA	42
2.1 Coleta de dados	42
2.2 Considerações sobre o texto utilizado na coleta de dados	45
2.2.1 Contexto sócio-cultural e econômico da aluna (E.P.)	45
2.2.2 Situação de produção do texto	46
2.2.3 Análise geral sobre o texto de E.P.....	48
3. RESULTADOS	53
4. DISCUSSÕES	69
CONCLUSÕES	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Desde o início dos estudos sobre a língua, várias foram as concepções apresentadas e discutidas. De acordo com os pressupostos da sociolinguística, teoria que ancora este trabalho, a língua seria um instrumento social em que estão envolvidas as convenções linguísticas e as características sócio-culturais de seus falantes, sendo construída a partir da coletividade. Sendo assim, é heterogênea e variável, ou seja, passível de variações, já que são muitas as culturas existentes em cada país, região ou cidade.

A variação linguística, então, diz respeito a esta heterogeneidade da língua, sendo representada pelas variedades linguísticas, que são as várias formas de uso da língua pelos falantes, objetivando ampliar a eficácia de sua comunicação e marcar sua identidade social. Sendo assim, apontam características próprias de cada comunidade, tais como aspectos sociais, culturais, econômicos, de escolaridade, de faixa etária, dentre outros.

Estas variedades podem ser encontradas em qualquer uma das modalidades da língua, que terá seu monitoramento estilístico definido a partir do gênero textual utilizado, seja na oralidade ou na escrita.

No entanto, o que se tem visto, de forma empírica, na prática clínica fonoaudiológica, é um trabalho baseado numa concepção de língua racionalista, que aponta um modelo de língua ideal, ancorada apenas na norma padrão instituída, e não admite suas variações, classificando-as como erros ou desvios, seja na oralidade ou na escrita. Como consequência, os profissionais diagnosticam a criança que utiliza estas formas linguísticas na escrita, de

maneira geral, como portadora de um distúrbio na linguagem escrita, sem levar em consideração seu processo de aquisição da escrita e os fatores sócio-culturais que influenciam seu uso efetivo da língua.

Um conhecimento mais amplo sobre os aspectos teóricos das variações lingüísticas na escrita, além de fornecer subsídios para o seu tratamento na clínica como variedades da norma padrão da língua e não como erros das crianças, leva o profissional a uma reflexão sobre a forma de lidar com dificuldades de escrita, levando-o a rever conotações negativas atribuídas às crianças e o conseqüente encaminhamento desnecessário à clínica fonoaudiológica.

A partir de inquietações dessa natureza na prática clínica fonoaudiológica, surgiu este trabalho com o objetivo geral de investigar o tratamento dado pelos fonoaudiólogos às variações lingüísticas numa produção escrita de uma criança. Para tanto, propôs-se, também, a investigação do conhecimento teórico dos fonoaudiólogos acerca das variações lingüísticas e a descrição da forma como identificam e classificam os “erros” nesta mesma produção textual.

A primeira parte do trabalho traz uma revisão da literatura especializada, abordando os aspectos teóricos relacionados à concepção de língua e sua possibilidade de variações em suas modalidades oral e escrita, destacando-se os pressupostos de Saussure (1969), Labov (1972), Preti (1987), Marcuschi (2007) e Bagno (2007), além da noção de gênero textual e de erro, apoiando-se nas discussões de Bakhtin (1997), Marcuschi (1998) e Morais (1998).

Ainda na fundamentação teórica, foram pesquisadas as temáticas que envolviam o processo de aquisição da escrita e seus possíveis desvios,

freqüentemente classificados na clínica fonoaudiológica como distúrbios da linguagem escrita, descritos por Berberian (2003) e Santos e Navas (2004), dentre outros autores.

A segunda parte apresenta a metodologia empregada neste estudo, os resultados obtidos e as discussões pertinentes ao tema. Por fim, serão apresentadas as considerações finais obtidas a partir de reflexões feitas durante todo este processo.

Espera-se, portanto, que ao final destas discussões, este trabalho possa suscitar no leitor, especialmente nos fonoaudiólogos, uma visão mais crítica acerca do processo de aquisição da escrita no que diz respeito ao uso que a criança faz de variedades lingüísticas da norma padrão provenientes do meio em que ela está inserida.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1- LÍNGUA

A capacidade de usar a linguagem oral e escrita coloca o homem numa posição privilegiada em relação aos outros animais, possibilitando a expressão de seus desejos, angústias e medos pela palavra, regulando as ações humanas. Através da língua, os grupos sociais se organizam e transmitem conhecimento de geração a geração. Desde o início dos seus estudos, despertou a curiosidade sobre os seus diferentes usos e, como consequência, em seu percurso histórico tem sido vista sob diferentes perspectivas e concepções.

1.1.1 – Concepções de Língua

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelos estudos da língua baseados nas gramáticas gerais, influenciados pelo racionalismo, que buscava identificar, pela descrição de regras universais, a língua-ideal (uma língua universal, lógica, sem equívocos e sem ambigüidades) capaz de assegurar a comunicação humana (ROBINS, 1983; HORA, 2004)

Na primeira metade do século XIX, surge a lingüística histórica, com as gramáticas comparadas, em que o ideal de universalidade cede espaço ao fato de que as línguas estão aptas a sofrerem mudanças com o tempo (HORA, 2004). Neste período, o interesse dos estudiosos começa a priorizar as diferenças e as mudanças lingüísticas, e não mais o ideal de uma língua universal.

A principal figura responsável pelas mudanças de atitude ocorridas entre os séculos XIX e XX foi o lingüista Ferdinand de Saussure, representante do estruturalismo. Suas idéias envolviam o estudo da dicotomia *langue x parole* (língua x fala), ao afirmar que a *langue* correspondia aos aspectos lingüísticos de cada comunidade que são interiorizados por seus falantes e que lhes permitem falar e entender a língua da sociedade a que pertencem, e a *parole*, aos dados imediatamente acessíveis ao observador, ou seja, à fala (ROBINS, 1983).

Além disto, Saussure (1969) destacou o estudo sincrônico, considerando os aspectos descritivos da língua em um dado momento (*étage de la langue*). Para ele, a língua era um produto social, pois guardava toda a experiência histórica acumulada por um povo durante a sua existência, mas não era possível ao homem criá-la nem modificá-la. Entretanto, a fala, enquanto manifestação da língua, seria variável (CARVALHO, 1997).

Em oposição a estes pressupostos teóricos, as idéias do funcionalismo vêm priorizar a funcionalidade e o papel do ato da comunicação. Neste sentido, a língua em uso sofreria mudanças, visto que a linguagem constitui um fenômeno social. Neste período, são iniciados os estudos da inter-relação entre a língua padrão e a fala popular (GARVIN, 1974).

Na década de 50, o modelo gerativista, representado por Chomsky, concentrou seus estudos apenas nos aspectos que envolviam a língua enquanto material lingüístico homogêneo. A língua era, então, conceituada como um sistema de signos hierarquicamente definidos e as variações ocorridas a partir do seu funcionamento não eram foco de estudos (MOUNIS, 1972).

A partir dos anos 60, teve início a teoria da variação ou sociolingüística quantitativa, com o objetivo de descrever a língua e seus determinantes sociais e lingüísticos, levando em consideração seu uso variável. Neste sentido, a língua é vista como tendo uma variação sistemática motivada por questões sociais que operam sobre ela, não devendo, portanto, ser analisada fora do contexto social (HORA, 2004).

A sociolingüística, então, estabelece uma relação entre linguagem e grupos sociais, apoiando-se nos fatos da história da língua, como, por exemplo, as influências e transformações ocorridas em seu uso social e o acompanhamento dessas mudanças pela sociedade (VOGELEY, 2006). Seu objetivo é relacionar a heterogeneidade lingüística com a heterogeneidade social, já que língua e sociedade estão entrelaçadas, influenciando-se mutuamente (BAGNO, 2007).

Para Bagno (2007), esta língua, na visão da sociolingüística, é heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. É uma atividade social, um trabalho coletivo, com a participação de todos os falantes, seja em sua modalidade oral ou escrita. Relaciona-se, ainda, aos seus usos e sua relação com a identidade e a cultura coletiva e individual dos seus falantes. Portanto, a historicidade da língua e a necessidade das mudanças são elementos indispensáveis para a sua continuidade como língua-viva (CALADO, 2004).

À norma padrão é atribuído o conceito de uma língua formada por um conjunto particular de pronúncias, palavras e regras gramaticais, um modelo de língua “certa”. Tem sido conceituada como um produto cultural, um modelo artificial criado para ser um padrão para os comportamentos lingüísticos

considerados adequados, corretos e convenientes (BAGNO, 2007). Nessa perspectiva, esta norma padrão é um sistema ao alcance de uma pequena parcela da população e está associada a um patrimônio cultural apresentado como um corpus definido de valores fixados na tradição escrita (GNERRE, 1998).

Diante desse quadro diversificado de formas de conceber a língua, chega-se a um ponto em que somente a partir da concepção de língua adotada é possível discutir a questão das variações (VOGELEY, 2006). Labov (1972), em seus estudos, apontou que, para haver mudanças na língua, é necessário que haja variabilidade, pois é preciso que as variáveis sejam generalizadas ao ponto de gerar modificações, embora possam existir diversas variantes para uma variável, sem que resultem, necessariamente, em mudança.

Esta variação lingüística é concebida como a possibilidade de heterogeneidade característica da língua, ou seja, as mudanças lingüísticas que ocorrem na língua podem estar relacionadas a aspectos diacrônicos ou sincrônicos, ou seja, sofrer mudanças ao longo do tempo ou em um determinado momento da história, respectivamente (BAGNO, 2007; CAGLIARI, 2002). Ela é um dos recursos à disposição dos falantes para cumprir as finalidades de ampliar a eficácia de sua comunicação e marcar sua identidade social. Nesse processo, os falantes tentam selecionar as regras de seu repertório de modo a se assemelharem ao grupo de referência com o qual desejam identificar-se. Estas escolhas estão associadas às diversas dimensões constitutivas da identidade social e dos vários papéis sociais e status que os usuários da língua assumem na comunidade de fala (BORTONI-RICARDO, 2005).

As variações podem ocorrer em todos os níveis da língua: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico-pragmático (BAGNO, 2007).

Outro conceito utilizado pela sociolingüística e relacionado às variações lingüísticas diz respeito às variedades lingüísticas, que são as múltiplas formas de se falar uma língua. Cada variedade tem suas características próprias que a diferenciam de outra variedade e é funcional, ou seja, oferece os recursos necessários para que seus falantes interajam socialmente. A idéia de que existe uma variedade mais “certa” ou mais “errada” é resultado de julgamentos socioculturais e decorre das relações de poder e discriminação que existem em qualquer sociedade. Podem estar relacionadas a questões geográficas, socioeconômicas, etárias, de gênero, de nível de instrução, de mercado de trabalho e de redes sociais (BAGNO, 2006a; 2007). São, ainda, classificadas em diatópicas (variedades geográficas), diastráticas (classes sociais), diamésicas (comparação entre a língua falada e escrita, levando-se em consideração o gênero textual) e diafásicas (relacionadas ao monitoramento estilístico) (PRETI, 1987; BAGNO, 2007).

Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a usa: como ele se constitui, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais as suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação, e assim por diante (PRETI, 1987; FARACO, 1991).

Para Gnerre (1998), uma variedade tem o mesmo valor dos seus falantes, sendo entendida como reflexo do poder e da autoridade que eles têm

nas suas relações socioeconômicas, ou seja, nas relações sociais, cada variedade lingüística possui uma avaliação diferente, que pode ir do mais prestigiado ao mais estigmatizado. Sendo assim, geralmente são julgadas de acordo com os juízos e valores sociais atribuídos a quem as usa (BAGNO, 2007).

Com base numa visão hierárquica e discriminatória dos níveis socioeconômicos e dos padrões culturais, diferenças sociais e lingüísticas aparecem equacionadas mediante uma lógica excludente e naturalizante: pessoas de nível socioeconômico desfavorável produzem culturas e linguagens pobres, inferiores e desviantes do padrão correto (BERBERIAN, 2003). Bagno (2007) destaca também que, na prática, é muito comum que as variedades lingüísticas de menor prestígio sejam consideradas como inferiores ou erradas.

Para Marcuschi (2007), o que determina a variação lingüística em suas manifestações são os usos que o sujeito faz da língua, pois são as formas que se adequam aos usos e não o contrário. Estas variações podem ocorrer tanto na fala quanto na escrita.

Com relação à presença de variações na escrita, foco deste trabalho, Calado (2004) destaca que os fenômenos históricos da língua refletem transformações ortográficas que foram incorporadas, de formas diferentes, pelas diversas camadas sociais. Assim, a variação na modalidade escrita da língua é constituída e determinada pelas suas origens, o que pode explicar a facilidade ou dificuldade para um determinado grupo se apropriar da norma ortográfica padrão.

O falante e o escritor representam uma comunidade, uma época, uma situação geográfica, uma faixa etária, um sexo, uma ideologia, dentre outros

aspectos (VOGELEY, 2006). Portanto, a análise das diferentes experiências que a criança estabelece com a linguagem escrita pressupõe o conhecimento da variedade lingüística falada por ela porque, em alguns casos, essa variedade serve como base para a elaboração de suas hipóteses (BERBERIAN, 2003).

A variação e a mudança lingüísticas são o estado natural da língua, pois, se seus falantes vivem em sociedades que são heterogêneas, diversificadas, instáveis e sujeitas a conflitos e transformações, é impossível pensar numa língua estável e homogênea. Assim, as variedades lingüísticas não podem ser consideradas como “desvios” ou “distorções” dessa língua homogênea e estável que não existe (BAGNO, 2007).

A partir desta pequena revisão histórica sobre as concepções de língua, pretende-se, neste estudo, ancorar as discussões posteriores no conceito abordado pela sociolingüística, que conceitua a língua como um instrumento social sujeito a variações e mudanças. Estas geram variedades lingüísticas, entendidas como as várias formas de uso da língua pelos sujeitos representantes de cada comunidade lingüística, dependentes de aspectos sociais, econômicos, culturais, de faixa etária, de região, dentre outros.

1.1.2 - Modalidades da Língua

A língua, tanto em sua modalidade falada quanto escrita, reflete a organização da sociedade, já que mantém relações complexas com as representações e as formações sociais (MARCUSCHI, 2007).

A escrita, modalidade da língua que integra o objetivo deste estudo, tornou-se um bem social indispensável no cotidiano, seja nos centros urbanos

seja na zona rural (MARCUSCHI, 2007). Em decorrência disso, estudos que discutem aspectos relativos à linguagem e às formas de organização da sociedade brasileira permitem a compreensão de como a escrita vem sendo utilizada como elemento de discriminação social (BERBERIAN, 2003).

Segundo Marcuschi (2007), a escrita não pode ser tida como uma representação da fala, não só porque não consegue reproduzir alguns dos fenômenos da oralidade, como, por exemplo, a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, como também porque possui elementos significativos próprios, ausentes na fala, como, por exemplo, o tamanho e o tipo de letras. No entanto, na Fonoaudiologia, ainda é muito utilizada a concepção de escrita como uma representação gráfica da linguagem oral, reforçando a idéia de que ela é uma representação de segunda ordem, ou, uma transcrição de uma representação que lhe é prévia (ANDRADE, 2007).

Portanto, entende-se que fala e escrita são duas modalidades distintas de representação da língua e que a relação entre elas deve ser baseada neste princípio. No entanto, nem sempre esta relação foi estudada assim.

A primeira tendência, a de maior tradição, estudava a relação da oralidade com a escrita a partir de uma visão dicotômica, já que não eram vistas como duas práticas sociais, sendo a fala considerada o lugar do erro e do caos gramatical, e a escrita, o lugar da norma e do bom uso da língua, independente dos gêneros textuais (MARCUSCHI E DIONÍSIO, 2005).

Diferente desta, a visão culturalista trata a escrita como um avanço na capacidade cognitiva dos indivíduos, pois ela passa de “mito” a “história”, permitindo tornar a língua um objeto de estudo sistemático. Nesta concepção, há uma supervalorização da escrita e das pessoas que a detêm. Outra

perspectiva, a variacionista, considerada por Marcuschi (2007) como intermediária entre as duas anteriores, aborda o papel da fala e da escrita sob o ponto de vista dos processos educacionais, fazendo menção ao tratamento da variação na relação entre padrão e não-padrão lingüísticos nos contextos de ensino formal.

A última tendência, atualmente predominante entre os estudiosos, é a concepção sociointeracionista, que trata as relações entre a fala e a escrita sob uma perspectiva dialógica, considerando-as como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais (MARCUSCHI, 2007).

Nessa última concepção, as diferenças entre fala e escrita se dão em um *continuum* tipológico de práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos (MARCUSCHI E DIONÍSIO, 2005). Portanto, as discussões propostas serão embasadas nesta última tendência, que trata a fala e a escrita como atividades dialógicas distintas, sendo ambas modalidades que representam a língua.

É importante ressaltar, ainda, que a fala e a escrita podem ser mais ou menos monitoradas estilisticamente, a depender do gênero textual utilizado e das condições de produção do discurso oral ou escrito, não sendo verdadeira a afirmação que a fala é sempre informal e a escrita, formal (BAGNO, 2007).

1.1.3 – Noção de Gênero Textual

As ênfases e os objetivos do uso da escrita são variados, o que enfatiza a sua relação com o contexto, fazendo surgir gêneros textuais e formas comunicativas (MARCUSCHI, 2007).

Bakhtin (1997) afirma que todas as esferas da atividade humana utilizam a língua na tentativa de elaborar seus enunciados de acordo com as suas necessidades. Desse modo, conceitua os gêneros do discurso como os tipos de enunciados relativamente estáveis que cada esfera de utilização da língua elabora. Assim, há uma infinidade de gêneros discursivos, visto que são infinitas as atividades humanas.

Estes gêneros, orais ou escritos, são fenômenos bastante heterogêneos, pois são produtos culturais, sociais e históricos, que existem a partir de determinadas práticas sociais. São, geralmente, eventos claros e definidos, facilmente identificáveis pela maioria dos sujeitos em uma dada cultura, e influenciam diretamente do uso funcional que o falante/escritor faz do texto oral ou escrito. Sendo assim, os gêneros são variáveis, se forem consideradas a cultura ou a época analisada (BAKHTIN, 1997; MARCUSCHI, 1998).

Cada gênero é composto por elementos relacionados ao conteúdo temático, estilo e construção composicional, que vão caracterizar cada texto de forma individual (BAKHTIN, 1997). Diante desta heterogeneidade, Marcuschi (2002) aponta alguns exemplos de gêneros textuais, tais como: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais, dentre outros.

A diversidade, bem como o surgimento de novos gêneros textuais, apontam para novas condições de produção e uso da linguagem, levando a

novas formas de composição dos recursos lingüísticos já conhecidos. Esta diversidade é um exemplo do quanto é possível ser criativo dentro dos limites impostos pelas características de um gênero discursivo, que dá a idéia do que se pode esperar de uma determinada situação (PERROTTA, MASINI E MÄRTZ, 2004). Freire (1997) acrescenta que o esquema interpretativo da criança lhe permite trabalhar variados tipos de informações, dependendo da escrita presente nos diversos gêneros de texto.

Há, ainda, variações próprias dos diferentes gêneros na composição da estrutura dos textos, no estilo e até na escolha de palavras. Conseqüentemente, não há um único modo de se escrever ou ler um determinado texto. É necessário, inicialmente, compreender em que situação discursiva ele se encontra e quais os lugares dos interlocutores nessa situação (PERROTTA, MASINI E MÄRTZ, 2004). Perini (1995) acrescenta que cada situação de comunicação como, por exemplo, um ensaio científico, uma peça teatral, um bilhete, uma conversa de bar, impõe uma variedade própria, “típica” daquela situação.

É preciso garantir aos sujeitos a possibilidade de (re)conhecer os diversos aspectos implicados na produção de um texto, ou seja, discutir noções como situação de produção, grau de conhecimento compartilhado, gênero textual, relações entre oralidade e escrita, esferas de circulação social e, principalmente, a escrita como lugar de constituição e manifestação da subjetividade (MORI-DE-ANGELIS E DAUDEN, 2004).

1.1.4 – Concepção de “Erro”

Em relação à língua, a noção de erro surge, no mundo ocidental, junto às primeiras descrições sistemáticas da língua grega, que tinha se tornado o idioma internacional dentro do grande império formado pelas conquistas de Alexandre III. Assim, surge a necessidade de normatizar essa língua, criando um padrão homogêneo que superasse as diferenças regionais e sociais, transformando-se num instrumento de unificação política e cultural. A partir daí, no século III a.C., surge a gramática tradicional, caracterizada por um conjunto de noções acerca da língua e da linguagem que combinava intuições filosóficas e preconceitos sociais. Como consequência, o erro passa a ser visto como todo e qualquer uso da língua falada e escrita que não esteja de acordo com o modelo pré-estabelecido pela norma padrão (BAGNO, 2007).

A noção de erro na língua apresenta origem semelhante às outras concepções de “certo” e “errado” que circulam na sociedade. O autor pontua, ainda, que todas as classificações sociais e culturais destes dois termos são resultados de visões de mundo, de juízos de valor, de crenças culturais e ideológicas e, por este motivo, estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Assim, esses chamados erros possuem explicações científicas de ordem fonética, sintática, semântica, pragmática e/ou discursiva.

A partir de uma análise embasada na perspectiva interacionista, o erro na escrita da criança tem sido apontado como efeito do funcionamento da língua, que implica o movimento da criança no processo de sua constituição como sujeito na/da escrita (BARCELLOS E FREIRE, 2005).

Freire (1997) aponta dois fatos que levam a criança a se deslocar em relação à sua escrita: o efeito-leitor, ou seja, o fato de que o leitor sofre um

efeito diferente do antecipado pela criança se a sua escrita não corresponder à forma padrão; e o efeito-leitura, que é o fato de que, ao ler, a criança se depara com formas escritas que diferem da sua, embora signifiquem o mesmo, gerando efeitos que a levam a interrogar o outro, o intérprete da escrita padrão. Dessa forma, é a interpretação da escrita que re-significa os erros infantis e, aos poucos, assujeita a criança à ordem da língua, apagando os traços desse percurso de constituição.

A autora acredita, ainda, que esse olhar sobre a escrita possibilita o reconhecimento do erro como indicador do efeito do funcionamento do texto escrito sobre a criança. Interpretar o texto infantil é uma forma de escutar a criança e ouvir o que ela tem a dizer sobre a escrita que a domina e que, ilusoriamente, parece ser passível de ser dominada. Assim, o erro precisa ser tomado como parte constitutiva da aquisição da escrita, e não pode, isoladamente e fora do contexto clínico, ser tomado como sintoma de um distúrbio da linguagem escrita.

No entanto, Barcellos e Freire (2005) acrescentam que o erro que emerge nesta materialidade da linguagem, especialmente na escrita, tem sido entendido, freqüentemente, como evidência de uma alteração no processo de aquisição da linguagem, ou mesmo como um desvio, impedindo a criança de atingir seu estatuto de sujeito letrado. Uma análise diferente destes erros permite sua releitura como indício do processo de aquisição da escrita, solicitando apenas outras formas de interpretação para estas manifestações. A partir da ressignificação do erro é possível desmistificá-lo de sua condição patológica.

A criança ativa está sempre agindo, refletindo, propondo e levantando suposições, que não devem ser encaradas como erros, mas como tentativas de acerto. Assim, as inversões, confusões, omissões e dificuldades lingüísticas que aparecem no período da aquisição da escrita deixam de ser classificadas como indícios de uma patologia e passam a ser explicadas como aspectos reveladores das reflexões sobre a escrita que está sendo construída. Por fim, acabam por constituírem-se registros dos momentos em que a criança, a partir de sua relação com o outro e com a própria escrita, evidencia a manipulação que faz da linguagem (MASSI *et al*, 2003; GUSSO, 2003; KRISTENSEN E FREIRE, 2001).

Os erros ortográficos, segundo a concepção de Morais (1998) e Rego (2005), representam a tentativa do aprendiz de compreender o funcionamento da ortografia. Estes erros revelam as dificuldades e as soluções criadas para escrever palavras cujas grafias não são familiares à criança. No entanto, nem sempre este erro é concebido desta forma, sendo a criança discriminada como alguém que não sabe escrever porque comete erros de ortografia.

Muitas vezes, o que é considerado como um erro nada mais é do que uma diferença devida a fatores como a região, a classe social do falante e a situação comunicativa, sendo considerado, neste caso, como variações lingüísticas (PRETI, 1987). Os erros considerados como dificuldades particulares do aprendiz podem significar manifestações de dificuldades coletivas decorrentes de fatos inerentes à própria história da língua e suas transformações (GNERRE, 1998).

Assim, percebe-se a necessidade de se questionar as concepções de erros e as formas com as quais eles têm sido avaliados, diagnosticados e

tratados, quer seja na clínica fonoaudiológica, quer seja em outros contextos, como, por exemplo, a escola (VOGELEY, 2006).

A partir desta breve explanação, é importante ressaltar que, neste trabalho, adota-se a noção de erro como um aspecto integrante do processo de aquisição da escrita e não como uma alteração patológica. Neste mesmo sentido, o erro ortográfico configura-se como uma tentativa da criança de se apropriar da norma ortográfica.

1.2 – ESCRITA

Como mencionado no início deste capítulo, a escrita foi considerada, por muito tempo, como a representação da fala, numa concepção equivocada de língua e de linguagem. Na concepção atual de língua, a escrita é vista como uma das modalidades da língua, ao lado da fala. Da mesma forma que há uma preocupação em se estudar a aquisição da fala, na escrita busca-se observar como a criança organiza e desenvolve o seu conhecimento, levando-se em consideração fatores de natureza cognitiva, lingüística e social.

1.2.1 - Aquisição da Escrita

A aquisição da escrita é um fenômeno complexo e ainda não completamente compreendido (GUSSO, 2003). Este processo de aquisição tem início com o nascimento, pois antes de escrever o bebê já é falado pela mãe através de um discurso oral perpassado pela textualidade (FREIRE, 1997).

A linguagem escrita não começa a se desenvolver, subitamente, depois da aquisição da linguagem oral. Há uma interação dinâmica entre elas,

caracterizando um *continuum* de desenvolvimento, com ênfase na transição de uma modalidade para outra (SANTOS E NAVAS, 2004).

Inicialmente, este processo de aquisição é marcado pela relação que a criança estabelece entre a oralidade e a escrita e entre as formas de organização entre essas duas modalidades da língua (GUSSO, 2003). Assim, percebe-se a importância da definição da relação entre a fala e a escrita por parte daqueles que estarão junto com a criança neste processo.

Em seu aspecto institucional, a escrita é adquirida em contextos formais, como, por exemplo, a escola. De uma forma geral, seu domínio se tornou um passaporte para a civilização e para o conhecimento, sendo tratada como algo superior, autônomo, tornando-se uma fonte de preconceitos (MARCUSCHI, 2007).

Machado, Berberian e Massi (2007) enfatizam que a apropriação da escrita não se dá de forma passiva, pela incorporação de recortes da língua. Implica não apenas o conhecimento das normas desta modalidade da língua e o modo de codificá-la e decodificá-la, mas a possibilidade de inclusão em práticas de leitura e escrita socialmente significativas. Portanto, aprender a escrever não se limita à aquisição de um sistema de normas lingüísticas invariáveis, mas, sim, aprender a estruturar enunciados em diferentes situações sociais de comunicação (BAKHTIN, 1997). Berberian (2003) e Machado, Berberian e Massi (2007) acrescentam que os processos de aquisição da escrita relacionam-se com a qualidade e a natureza das relações sociais intermediadas por essa modalidade da língua.

Freire (1997) pontua que as concepções teóricas que consideram apenas aspectos orgânicos e cognitivos como necessários para o ato de ler

(tais como: percepção e discriminação de formas e sons, associação de sons com a aparência visual das letras, ligação de nomes com grupos de letras e significados com grupos de palavras, fatores auditivos, motores, visuais e de memória) tendem a excluir a natureza simbólica e subjetiva da linguagem.

Assim, a concepção que trata a aquisição da escrita apenas como a apropriação de signos, deve ceder lugar a uma definição que também leve em consideração a compreensão do uso da língua, devendo ser priorizadas as condições de produção textual, pois, é a partir daí que se tem a possibilidade da construção de significados (BERBERIAN, 2003).

Acreditar que este domínio da escrita é finalizado no momento em que o aprendiz conhece as regras gramaticais significa supor que ocorrem saltos neste processo, que vão do domínio do mecanismo de discriminação dos sons e da articulação correta para a associação de fonemas e grafemas e, por último, para a elaboração e interpretação de textos baseados na norma padrão (BERBERIAN, 2003; KRISTENSEN E FREIRE, 2001). Nesse contexto, o privilégio e a supervalorização dos aspectos normativos da escrita terminam por estabelecer uma relação de poder entre o aprendiz e o mais experiente (PERROTA, MASINI E MÄRTZ, 2004).

Percebe-se, assim, a necessidade de romper com uma concepção que prioriza o conhecimento da gramática como ponto de chegada na aquisição da escrita. A descontextualização da linguagem, de seus usos, de suas representações e seus significados sociais pressupõe uma visão que, ao abstrair a realidade em que a escrita se realiza, elimina o fato de que o que está em jogo nesse aprendizado é a qualidade das relações que a criança

estabelece com seus interlocutores e com a própria linguagem escrita (BERBERIAN, 2003; MASSI *et al*, 2003).

Com isso, entende-se que o domínio da leitura e da escrita não está restrito à capacidade de codificação e decodificação de grafemas e fonemas, mas refere-se à possibilidade de o sujeito exercer as atividades de leitura e escrita de forma significativa e prazerosa, sabendo que as condições para se constituir como leitor e escritor são precárias e desiguais para os diversos grupos sociais. Implica, ainda, a possibilidade de interagir com diferentes tipos de texto, conforme suas necessidades, seus desejos, interesses e contextos interacionais (BERBERIAN, 2003; GUSSO, 2003). Destaca-se, aqui, a afirmação de Zorzi (1998) que escrever sílabas, palavras e frases isoladas não tem o mesmo sentido de se escrever textos.

Entretanto, a falta de domínio da escrita passou a ser considerada como sinais de incompetências e/ou distúrbios individuais. Como resultado, vê-se a tentativa de disseminar a idéia de que se o sujeito não é capaz ou não tem aptidão (quer seja por falhas cognitivas, orgânicas, lingüísticas, sociais e/ou culturais) para o domínio da escrita, se encontra destituído não só de uma língua e de uma cultura, mas do saber que lhe possibilitaria compreender e intervir na sua realidade (BERBERIAN, 2003).

Massi (2004) e Smolka (2000) apontam alguns fatos que têm sido considerados pelos profissionais que lidam com a escrita de crianças como manifestações patológicas: escrita incorreta com trocas, omissões, junções e aglutinações de fonemas; confusão entre letras de formas vizinhas; confusão entre letras foneticamente semelhantes; omissão de letras e/ou sílabas; adição de letras e/ou sílabas; e a união de uma ou mais palavras e/ou divisão

inadequada de vocábulos. Entretanto, discordam dessa concepção, pois acreditam que a análise desses fatos mostra que todas essas características nada mais são do que o resultado de elaborações e reelaborações lançadas pelo aprendiz sobre a escrita que está sendo aprendida.

Berberian (2003) acrescenta que estas formas de escrita estão sendo diagnosticadas como patológicas sem ser considerado pelo profissional que nestas manifestações lingüísticas estão expressos valores, hábitos, comportamentos, enfim, modos de vida de diferentes grupos sociais geradores de experiências, contatos e conhecimentos diversos acerca desta modalidade da língua. Assim, tais considerações das crianças sobre a escrita deveriam estar sendo consideradas como parte do processo de aquisição desta modalidade da língua (BERBERIAN, 2003; MASSI, 2004). Os erros são observados depois e também ao lado de formas aparentemente corretas, fato que confirma as proposições interacionistas, de que erros convivem com acertos (FIGUEIRA, 2005).

Embora as elaborações de escrita das crianças, em muitos casos, não estejam de acordo com a norma padrão, elas, quando entendidas como formas distintas de organização, revelam operações lógicas que podem caminhar em direção à convencionalidade da escrita (BERBERIAN, 2003).

O erro presente no processo de aquisição da escrita deve ser tomado como efeito de funcionamento da língua, que implica o movimento da criança diante do seu processo de constituição de sujeito na/da escrita, significando o afastamento da condição patológica do erro (BARCELLOS E FREIRE, 2005).

A apropriação da norma ortográfica está entre as inúmeras dificuldades para o aprendiz, já que a aprendizagem da norma padrão do português é uma

tarefa complexa que exige conhecimentos que vão além da própria ortografia, envolvendo questões lingüísticas, históricas e sociais (CALADO, 2004).

Estes deslizes ortográficos destacam a importância de se compreender a linguagem como prática discursiva social e, como tal, compreender sua elaboração sem incorrer em avaliações precipitadas e até equivocadas (PERROTTA, MASINI E MÄRTZ, 2004). Bagno (2006b) ressalta que uma investigação histórica da língua aponta que alguns deslizes encontrados possuem explicações coerentes, não devendo ser considerados como um desrespeito à língua, mas classificados como variações lingüísticas.

Os dados não categorizáveis da linguagem escrita de uma criança possuem um caráter singular e variável, pedem uma interpretação diferenciada e marcam a subjetividade do escritor e seu percurso em relação a esta modalidade da língua (BARCELLOS E FREIRE, 2005). Berberian (2003) acrescenta que atribuir relevância a estes dados singulares significa uma mudança de enfoque, a partir do qual as manifestações que se apresentam na forma de trocas/omissões/inserções de letras, na falta de fluência do ritmo da escrita, nos apagamentos, nas hipo ou hipersegmentações, nas reelaborações, deixam de ser tratadas como erros para serem vistas como indícios dos processos vivenciados pela criança. Ou seja, essas manifestações passam a ser consideradas marcas presentes na produção escrita, reveladoras daquilo que o sujeito sabe, ou não, acerca da escrita.

As crianças, ao contrário dos aspectos negativos apontados pela família, professores e profissionais produzem textos lançando mão de diversas estratégias textuais, bem como de diferentes suposições sobre aspectos gráficos e convencionais da escrita, sinais da própria construção desse objeto

de conhecimento (MASSI, 2004). Nas práticas discursivas, a criança em processo de aquisição de escrita irá ler e escrever de acordo com a sua interpretação e não dentro do previsível, do que é esperado por quem já está no lugar da escrita constituída (BARCELLOS E FREIRE, 2005).

A partir de uma concepção de linguagem como atividade dialógica, trabalho constitutivo, histórico e social, considera-se estes erros como estratégias de reflexão lançadas pelo aprendiz sobre a escrita em uso e construção (BARCELLOS E FREIRE, 2005; MASSI, 2004). Assim, será permitido à criança interagir com a língua, de modo que penetre na escrita viva e real, construída historicamente, permitindo-lhe constituir-se como sujeito-autor (GUSSO, 2003).

Por fim, é importante ressaltar que a construção de conhecimentos acerca da leitura e da escrita por parte da criança depende, decisivamente, da forma como a escrita está situada nos seus diversos contextos interacionais (família, escola e sociedade). Crianças que têm na escola a sua principal possibilidade de exploração e acesso à escrita podem apresentar limitações nas suas incursões sobre a escrita, especialmente se forem consideradas as propostas tradicionais de ensino adotadas no Brasil (BERBERIAN, 2003).

1.3 – A CLÍNICA FONOAUDIOLÓGICA

A prática fonoaudiológica preocupa-se com o estudo e o tratamento de problemas ligados à comunicação humana, sendo importante, assim, a compreensão do contexto social, histórico e cultural em que estão inseridos seus atores (VOGELEY, 2006). Estas questões tratadas na clínica fonoaudiológica podem estar ligadas a aspectos que envolvem a linguagem

oral e/ou escrita, a voz, a audição e/ou a motricidade orofacial, dependendo da demanda do paciente. No entanto, neste trabalho a atenção estará centrada nos aspectos que envolvem a linguagem escrita.

1.3.1 – O Contexto da Clínica

A escola, ao considerar o erro na escrita como sintoma de dificuldade de aprendizagem ou de distúrbio de escrita, costuma encaminhar a criança para clínicas fonoaudiológicas, psicológicas e psicopedagógicas. Em decorrência, há a crença dos pais e professores de que a criança falhou no processo de aquisição da escrita devido a uma causa inerente à sua constituição (BARCELLOS E FREIRE, 2005), o que os exime da responsabilidade pela alfabetização dessa criança (FREIRE, 1997).

Assim, a criança chega à clínica fonoaudiológica, encaminhada pela escola ou por outros profissionais como médicos, psicólogos e psicopedagogos, por não seguir o padrão proposto pela escola, sendo, então, considerada portadora de um distúrbio ou dificuldade de aprendizagem na escrita (MASSI, 2004). É neste momento que se faz importante que o fonoaudiólogo tenha subsídios teóricos e práticos para distinguir entre aquilo que é uma alteração de linguagem do que é uma marca característica do processo de aquisição da escrita.

Masini (1999) aponta que, quando o foco de atenção, seja na escola ou na clínica fonoaudiológica, recai sobre a ortografia, em detrimento de outros aspectos do texto, há um impedimento na utilização pela criança de seus recursos expressivos para elaborar seus escritos. O sentimento de não saber

escrever com todas as letras generaliza-se para o não saber escrever, independentemente do contexto em que a escrita apareça.

Diante disto, é comum, na clínica fonoaudiológica, a ênfase, no trabalho com os distúrbios da linguagem escrita, àquilo que falta à criança e ao seu meio social de origem (BERBERIAN, 2003). O que se vê é uma atuação fixada nos aspectos gráficos da escrita, ignorando os textos elaborados pelos aprendizes (MASSI, 2004).

Isto pode ser atribuído às noções de padrão e de erro adotadas na clínica fonoaudiológica, baseado nos pressupostos da gramática prescritiva ou normativa, sem levar em consideração o uso da língua em diferentes contextos ou situações (VOGELEY, 2006).

As questões relacionadas à grafia correta das palavras, bem como dos demais aspectos normativos da escrita, devem ser apontadas, no entanto, sempre levando em consideração as necessidades expressivas de cada texto, dentro de cada proposta de elaboração escrita. Neste sentido, o trabalho com diversos gêneros textuais torna-se importante para que o escritor-leitor elabore recursos para o confronto com os impasses próprios da língua escrita, visto que a construção textual depende do contexto social e concreto em que se realiza (PERROTA, MASINI E MÄRTZ, 2004).

Para Gusso (2003), uma concepção de escrita baseada num conceito de signo de base sociológica mostra que as atividades de identificação e reconhecimento das formas lingüísticas devem dar lugar às que promovam a compreensão do uso da língua, pois o trabalho com a palavra dicionarizada termina por minimizar a possibilidade de diálogo e a criança acaba sendo

impedida de desenvolver a comunicação verbal, o que compromete a possibilidade de construção de significados.

O trabalho terapêutico deve ser capaz de resgatar ou constituir uma relação significativa do sujeito com a linguagem escrita, para que esta última possa, ao mesmo tempo, constituir a subjetividade e ser um lócus de manifestação dessa subjetividade (MORI-DE ANGELIS E DAUDEN, 2004).

Ao aproximar a criança de situações discursivas cotidianas, em que práticas de leitura e escrita significativas estejam presentes, o fonoaudiólogo pode levá-la a desconstruir suas idéias previamente concebidas sobre processos de elaboração da escrita (PERROTA, MASINI E MÄRTZ, 2004).

Estudos recentes apontam a necessidade do redirecionamento da atuação do fonoaudiólogo (BARCELLOS E FREIRE, 2005), que trabalha apontando as características da linguagem escrita como sintomáticas e não como resultado do processo de aquisição da escrita. São estes profissionais que, equivocadamente, passam a caracterizar estas crianças como portadoras de um distúrbio na escrita.

1.3.2 – Distúrbios na Linguagem Escrita

Estudos científicos e opiniões do senso comum apontam dificuldades, por parte da população brasileira, com relação ao aprendizado e domínio da linguagem escrita, revelando que sujeitos, dos mais variados grupos sociais e, portanto, com experiências pessoais, culturais e educacionais distintas, estabelecem uma relação negativa e inadequada com essa modalidade da língua. Em paralelo, tem-se um aumento crescente no encaminhamento de

crianças com possíveis problemas de leitura e escrita para atendimento clínico fonoaudiológico (BERBERIAN, 2003).

Perrota, Masini e Märtz (2004) referem que ainda é comum a procura pela clínica fonoaudiológica de pacientes diante de erros naturais, inerentes ao processo de apropriação da escrita, desconsiderando seus acertos. Assim, afastam-se da escrita ou acabam mais preocupados em acertar, submetendo-se a ordens estabelecidas, em vez de imprimir personalidade a seus textos, aceitando o desafio de aperfeiçoá-los à medida que forem sendo criados, lidos e relidos pelo próprio autor e por outros interlocutores.

Esta conduta de educadores e familiares imputa aos aprendizes a noção de incapacidade para a leitura e a escrita, embora, algumas vezes, não apresentem nenhum tipo de distúrbio. Acrescentam, ainda, que estas classificações fazem crer que os distúrbios na linguagem escrita se configuram e se justificam por um mau funcionamento do cérebro, do ouvido, do olho ou da mão. Tais significados devem ser revistos com novos sentidos, uma vez que o sujeito, aprisionado nessa lógica, passa a tratá-la como sua (e única) realidade (MACHADO, BERBERIAN E MASSI, 2007).

As práticas discursivas pautadas na noção de erro como manifestação patológica agem sobre o aprendiz, produzindo nele a sistematização de um distúrbio e revelando interpretações equivocadas que desintegram a relação sujeito-linguagem. Nesse sentido, é necessário considerar que a criança, o jovem ou o adulto que estão se apropriando da escrita não são meros organismos vazios; pelo contrário, são afetados pelos sentidos veiculados em diferentes espaços sociais, que avaliam suas produções escritas e significam suas supostas falhas como dificuldades, distúrbios ou dislexias (MASSI, 2004)

Com relação aos distúrbios da escrita, atualmente não é possível tecer comentários a partir de uma visão única, já que não existe um consenso em torno das questões relacionadas à etiologia, sintomatologia e terminologia destas alterações (MASSI *et al*, 2003).

Várias nomenclaturas têm sido utilizadas para se referirem a estes distúrbios, tais como dislexia, dislexia específica de desenvolvimento, dificuldade específica de leitura, distúrbio específico de leitura, atraso específico de leitura, dificuldades do desenvolvimento da leitura, além de expressões mais amplas, como o distúrbio de leitura e escrita, leitores fracos e distúrbio do aprendizado da linguagem (SANTOS E NAVAS, 2004). No entanto, os mais utilizados na clínica fonoaudiológica são a dislexia e o distúrbio de leitura e escrita.

Santos e Navas (2004) conceituam a dislexia como um distúrbio específico de linguagem, caracterizando-a a partir de manifestações como dificuldades na decodificação de palavras isoladas, causadas por uma ineficiência no processamento da informação fonológica, além de dificuldade para aprender a ler e para adquirir habilidade em escrita e ortografia. Por sua vez, o distúrbio de leitura e escrita é conceituado como uma manifestação referente ao desenvolvimento da linguagem, caracterizando-se por dificuldades na aquisição e/ou desenvolvimento da linguagem escrita por crianças que apresentam déficits tanto de decodificação fonológica como de compreensão da linguagem oral e/ou escrita.

Diante disto, colocam uma reflexão sobre a questão da nomenclatura, afirmando que as crianças com dislexia e distúrbio de leitura e escrita apresentam características semelhantes no que diz respeito ao aprendizado da

leitura e da escrita. Massi et al (2003) apontam, ainda, que alguns estudiosos esclarecem que os termos dificuldades de leitura e escrita, dislexia e distúrbios de aprendizagem referem-se ao mesmo conceito, enfocando uma patologia centrada no aluno, portador de uma doença.

Assim, é possível supor que estas crianças fazem parte de uma mesma categoria mais ampla, denominada por Santos e Navas (2004) de distúrbios da linguagem escrita, já que as diferenças que existem estão mais relacionadas ao grau da alteração, e não ao tipo.

No entanto, à medida que essas nomenclaturas localizam a doença no aluno, na sua dimensão orgânica, os demais fatores envolvidos no processo de aquisição da escrita ficam excluídos e/ou minimizados. Desta forma, questões educacionais, culturais, familiares, entre outras, não são devidamente levadas em conta no processo de construção da escrita (MASSI *et al*, 2003).

Vogelely (2006) aponta a necessidade de considerar o fator social intrínseco à linguagem, que pode estar naturalmente associado ao desvio, podendo ser explicado de acordo com os princípios de análise da sociolingüística, como explicitado anteriormente.

De uma forma geral, Santos e Navas (2004) apontam alguns fatores que podem estar relacionados aos distúrbios da linguagem escrita, tais como os aspectos genéticos, hereditários e neurobiológicos, o processamento fonológico, auditivo, visual e da linguagem, e os fatores emocionais, além de questões ligadas à educação.

O medo e o bloqueio apresentados pelo sujeito considerado portador de uma dificuldade/distúrbio denunciam, de maneira intersubjetiva, os valores do

seu grupo social. O discurso em torno desse medo é marcado pelas condições de sua produção e significado (MASSI, 2004).

A autora acrescenta que, ao invés de procurarem falhas na escrita da criança e fecharem diagnósticos repletos de conotações negativas, profissionais envolvidos com a aprendizagem da escrita devem considerar que a internalização de um saber depende de um processo ativo que emerge de dinâmicas interativas estabelecidas entre um aprendiz e um outro mais experiente.

É possível notar que dificuldades e distúrbios de linguagem oral e escrita não atingem exclusivamente sujeitos provenientes das classes sociais consideradas desfavoráveis. Uma parcela de crianças inseridas no sistema de ensino particular, também, apenas é capaz de codificar e decodificar o sistema lingüístico, mas não compreendem o que lêem, nem se posicionam ou expressam-se por meio da escrita. Essa realidade, que envolve um número significativo da população dita alfabetizada, está associada à resistência e ao desprazer na relação com a modalidade escrita da língua. Poucas são as pessoas que, tendo passado pela escola, de fato fazem uso significativo da escrita e da leitura (BERBERIAN, 2003).

No entanto, Santos e Navas (2004) apontam que é preciso ter em mente que nem todas as crianças que apresentam dificuldades para aprender a leitura e a escrita podem ser consideradas portadoras de um distúrbio na escrita. Exemplificam mostrando que crianças com uma instrução escolar inadequada não podem ser incluídas nesse grupo.

É necessário que esses profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem da leitura-escrita compreendam a natureza das dificuldades

apresentadas pelas crianças no início da escolarização formal, excluindo a possibilidade da patologização de aspectos inerentes ao processo de apropriação da escrita, que freqüentemente são compreendidos como manifestações patológicas como distúrbios de leitura e escrita (GIROTO E OMOTE, 2007).

Os fonoaudiólogos, pela sua formação em aquisição de linguagem e seus distúrbios, estão cada vez mais envolvidos na identificação, avaliação e tratamento dos sujeitos com distúrbios de leitura e escrita. No entanto, é imprescindível o trabalho interdisciplinar com médicos, pedagogos, professores e psicólogos, buscando sempre a colaboração de todos envolvidos com os distúrbios da linguagem escrita (SANTOS E NAVAS, 2004).

É fundamental, portanto, a necessidade de uma reflexão sobre os efeitos que uma visão patologizadora produz sobre os processos de construção da escrita e de constituição de subjetividades (MASSI, 2004).

2. METODOLOGIA

2.1 - COLETA DE DADOS

Este estudo foi, inicialmente, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Católica de Pernambuco, sob o protocolo de nº 045/2007 (anexo 1).

Num primeiro momento, foi feito o contato com uma professora do ensino fundamental da rede pública da cidade de Maceió (AL), para a obtenção do texto a ser utilizado na coleta de dados. Após assinatura de um termo de concordância com a proposta do estudo, a professora cedeu alguns textos do seu banco de dados particular, fruto de várias atividades feitas em sua disciplina. Posteriormente, as pesquisadoras fizeram uma leitura dos textos e selecionaram apenas um, levando em consideração aspectos relacionados à forma e ao conteúdo. O texto trabalhado neste estudo foi selecionado por ter a presença de erros ortográficos, variações lingüísticas e um conteúdo coeso e rico em detalhes. Os demais textos não selecionados foram devolvidos à professora.

Em seguida, foi feito o contato com os fonoaudiólogos que trabalhavam com a área de linguagem, na cidade de Recife (PE), a fim de sensibilizá-los para a participação na pesquisa. Os que aceitaram participar foram entrevistados em locais de sua preferência e em horário pré-estabelecido com a pesquisadora.

No início da coleta dos dados, foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 2). Após a concordância da

participação e assinatura deste termo, foi realizada a primeira etapa da coleta, que consistia na aplicação de um questionário (anexo 3) composto por perguntas objetivas e subjetivas relacionadas à sua concepção de língua, de variação lingüística, de desvios e de erros, bem como a possível atuação fonoaudiológica nesse contexto. Além disso, abrangia aspectos relacionados às variáveis sexo, formação acadêmica e pós-graduação na área de linguagem e/ou lingüística, que deram subsídios para traçar o perfil dos profissionais abordados. As perguntas foram dirigidas aos participantes de forma oral, e as respostas foram gravadas e registradas pela pesquisadora no protocolo do questionário. A gravação foi feita com dezessete dos dezoito participantes, pois um não permitiu a gravação de suas respostas.

A segunda etapa correspondeu à entrega de um texto (anexo 4) produzido por uma aluna do 7º ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública da cidade de Maceió. Inicialmente, foram explicitadas para os participantes algumas características do contexto sócio-cultural e econômico da aluna e a situação em que o texto foi produzido, a fim de informá-los quanto às condições de produção desta escrita. Em seguida, os fonoaudiólogos foram orientados a fazer a leitura do texto, silenciosa ou em voz alta, para que, posteriormente, fosse feita a sua análise. O participante pôde escolher fazer a análise no decorrer da leitura ou ao final. Os elementos que compuseram a análise ficaram a critério do participante, não havendo intervenção da pesquisadora.

Cada entrevista, composta por estas duas etapas descritas, durou, em média, quarenta minutos e o participante foi abordado apenas uma vez pela pesquisadora. Esses procedimentos foram realizados nos locais indicados

pelos fonoaudiólogos, geralmente seus locais de trabalho ou estudo (consultórios e Universidades), e nos horários mais convenientes para eles.

Após a realização destas duas etapas, foram fornecidos esclarecimentos aos participantes, familiarizando-os com uma concepção atual de língua e sua possibilidade de variações, contribuindo para o reconhecimento e o respeito às variedades que a língua apresenta, respeitando a linguagem, a cultura e a identidade das crianças, visto que as diferenças lingüísticas não representam erros, mas sim peculiaridades. Este momento final correspondeu a um benefício direto aos fonoaudiólogos participantes do estudo.

É importante explicitar, ainda, algumas dificuldades encontradas no decorrer da execução deste trabalho, tais como o reduzido número de fonoaudiólogos que trabalham com a área de linguagem e a recusa dos profissionais em participar da pesquisa. Talvez este último esteja relacionado à própria dificuldade do profissional em lidar com as questões da escrita na clínica, provavelmente sem muito embasamento teórico que justifique sua atuação, geralmente ancorada em aspectos ditados pelo senso comum, haja vista os dados desta pesquisa. Vale ressaltar que os resultados deste estudo, como dito anteriormente, darão subsídios para descrever como os fonoaudiólogos lidam com as variações lingüísticas na escrita, além de sugerir possíveis formas de acesso aos conteúdos da sociolingüística, assim como aplicá-los em sua prática.

Finalizada a coleta dos dados, os resultados foram submetidos a uma análise qualitativa, comparando as respostas do questionário com a análise específica do texto entregue aos profissionais. Os dados são apresentados de forma numérica, especificando o código atribuído aos participantes que

apontaram as respostas, bem como ilustrados a partir de recortes discursivos obtidos durante a entrevista.

A seguir, serão descritos os aspectos relacionados ao texto utilizado na coleta dos dados.

2.2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEXTO UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados com os profissionais em atuação na clínica fonoaudiológica, foi utilizado um texto produzido por E.P., aluna de uma escola da rede pública da periferia de Maceió. Os dados relativos à sua situação sócio-cultural e econômica e às condições de produção do texto são descritos de forma a possibilitar uma familiarização com este contexto. Além disso, será apresentada uma análise geral do texto trabalhado pelos participantes a fim de compará-la com as respostas obtidas.

2.2.1 – Contexto Sócio-Cultural e Econômico da Aluna (E.P.)

Os dados descritos a seguir foram obtidos a partir de uma entrevista com uma das professoras, após a seleção do texto a ser trabalhado, como explicitado anteriormente. Foi mencionado que o ambiente familiar de E. é marcado por características sócio-econômicas desfavoráveis, mas a professora não soube precisar mais detalhes sobre este contexto. Seu pai faz uso constante de bebida alcoólica, fato que incomoda E., e sua mãe trabalha o dia todo, encontrando-a apenas à noite.

A aluna cursa o 7º ano (antiga 6ª série) do ensino fundamental de uma escola da rede pública da cidade de Maceió, que possui 16 turmas, com uma

média de 40 alunos em cada uma delas. A professora entrevistada ministrava a disciplina de Ensino Religioso, cujas aulas eram compostas por temas transversais do cotidiano das crianças, como, por exemplo, morte, drogas e família.

E. é uma aluna que sentava na frente, na sala de aula, falava muito baixo e procurava sempre conversar com a professora sobre os temas abordados. Sempre escreveu textos longos, descrevendo as informações com muitos detalhes, principalmente quando eram trabalhados temas que a interessavam, como, por exemplo, drogas, morte e mães.

Foi mencionado, ainda, que os professores da escola afirmam que a menina tem uma dificuldade de aprendizagem de ordem pedagógica e que apresenta grandes dificuldades com as disciplinas de Matemática e Ciências, cujos conteúdos não domina. A professora não soube avaliar seu desempenho na disciplina de Português, no entanto, na disciplina de Ensino Religioso, E. não apresenta dificuldades com atividades de redação, leitura e interpretação.

Já foi reprovada duas vezes e seria pela terceira, no ano de 2006. Entretanto, por causa de um grande período de greve dos professores naquele ano, na cidade de Maceió, a Secretaria Estadual de Educação comunicou às escolas que todos os alunos deveriam ser aprovados, pois não poderiam ser prejudicados pela greve.

2.2.2 – Situação de Produção do Texto

Ainda durante a entrevista, a professora foi indagada pela pesquisadora sobre a situação em que o texto foi produzido, tendo sido informada que, no período da produção desse texto, foi realizada uma aula expositiva sobre a

temática “Morte como processo de vida”, utilizando livros voltados para a Psicologia (formação acadêmica da professora), enfocando aspectos da eutanásia, da morte e do luto. No dia da produção do texto (outubro/2006), a professora realizou uma discussão sobre o luto, indagando aos alunos se algum deles havia vivenciado alguma situação desta natureza, tendo sido solicitado que eles, se desejassem, expusessem a história oralmente e/ou por escrito, através de uma redação, gênero textual muito usado no contexto escolar. A pedido da professora da disciplina de Português, os professores das outras disciplinas sempre que solicitassem uma produção escrita aos alunos, deveriam fazê-lo indicando o gênero textual redação.

Após a produção do texto, como acontece em todas as aulas da disciplina, a professora fez a leitura e apontou, por escrito, várias correções relacionadas aos aspectos ortográficos e gramaticais. Em seguida, os alunos foram orientados no sentido de reescrever seu texto de acordo com as correções sugeridas. Entretanto, isto não aconteceu com o texto de E., visto que não foram feitas correções pela professora.

É importante salientar que a professora, natural do sul do país, possui sotaque diferente das crianças alagoanas, além de utilizar formas gramaticais diferentes da norma culta alagoana. Segundo ela, este é um fato continuamente percebido pelos alunos, que sempre perguntavam se eles deveriam escrever da forma como ela falava ou do jeito como eles falavam. Em decorrência, percebia que os alunos terminavam por escrever da forma como ela falava e escrevia, a exemplo do uso da ênclise verbal (ex.: deram-lhe).

2.2.3 – Análise Geral sobre o Texto de E.P.

Antes de iniciar esta análise, é importante mencionar a noção de texto pontuada por Bagno (2007), que o considera como toda e qualquer manifestação da linguagem falada ou escrita, e a posição de Marcuschi (2007) ao afirmar que o sucesso da análise de um texto dependerá da concepção de língua que fundamenta a perspectiva teórica do leitor. Sendo assim, parte-se da concepção de que a língua se realiza essencialmente como heterogeneidade e variação e não como um sistema único e abstrato, e seu funcionamento é fruto, também, das condições de produção.

Baseando-se nas informações dadas pela professora, entende-se que apenas foi solicitado aos alunos que escrevessem uma redação, não havendo um trabalho específico com o gênero textual propriamente dito. Este aspecto suscita questionamentos, pois, mesmo diante de várias discussões teóricas atuais acerca da importância do trabalho com os gêneros textuais na escola, percebe-se que esta ainda não é uma prática comum, visto que grande parte dos alunos tem contato apenas com a redação no contexto escolar. Associado a isto, sabe-se que, para muitas crianças, o único contato com textos acontece na escola. Sendo assim, a experiência delas com gêneros textuais distintos não acontece em seu aprendizado, dificultando seu entendimento sobre as funções sociais da leitura e da escrita. Portanto, percebe-se que o gênero textual da produção escrita em questão configurar-se-ia como uma redação (ANDRADE, 2008), caracterizada pelos tipos textuais descritivo e narrativo.

Esta breve análise será dividida em dois aspectos: os relacionados à elaboração do texto, ou seja, o seu conteúdo, que englobam a coesão, a coerência, o estilo, o tema, enfim, marcas que conferem a autoria do texto; e os

relacionados à forma, caracterizados pelos aspectos gramaticais e ortográficos da norma padrão, fazendo, ainda, menção às variações lingüísticas. Esta análise é justificada pelo fato de que tanto a forma quanto o conteúdo são importantes num texto, devendo-se constituir no caminho da significação (BERBERIAN, 2003; RAMOS, 2003).

Com relação aos aspectos da elaboração do texto, percebe-se que a criança faz uso de elementos coesivos que influenciam positivamente na coerência das idéias transmitidas. O tema trabalhado em sala de aula (“morte”) é bem explorado, visto que a aluna constrói uma produção textual bastante rica em detalhes do fato que lhe ocorreu. Ela escreve para um leitor determinado, sua professora, utilizando termos presentes tanto na fala quanto na escrita da professora, mas não na sua, o que se justifica pela diferença regional entre elas (a primeira é gaúcha e a última, alagoana, como mencionado anteriormente).

O texto apresenta um bom encadeamento entre as idéias escritas, organizado com uma ordem cronológica dos fatos adequada, caracterizando claramente o início, o meio e o final do texto. São utilizadas, na organização do texto, algumas perguntas que anunciam as idéias que vão ser abordadas naquele tópico, funcionando como se fosse um diálogo entre a escritora e seu suposto leitor, o que caracteriza a interação tão importante entre eles (BERBERIAN, 2003; MASSI *et al*, 2003).

Quanto aos aspectos relacionados à forma do texto, percebe-se uma boa apropriação pela aluna do sistema ortográfico, embora com alguns poucos erros, e algumas variações lingüísticas características do meio em que ela está inserida. Não serão mencionados aspectos relacionados à acentuação e

pontuação, pois estas são questões gramaticais que não configuram o foco fonológico na análise de um texto, apresentando-se como questões estritamente pedagógicas. A seguir, os erros ortográficos e as variações lingüísticas encontrados no texto serão exemplificados com trechos da produção escrita em questão.

Neste momento, cabe ressaltar que, neste estudo, o erro ortográfico está sendo abordado como aspectos que caracterizam a não apropriação completa da norma ortográfica da língua, independente do estágio de aquisição da escrita em que a criança se encontra, visto que se sabe, pela complexidade desta norma, que alunos do ensino médio, e até mesmo do ensino superior, cometem alguns destes deslizes por falta de familiaridade com a palavra ou pela representação múltipla de grafemas que um fonema pode ter, como, por exemplo, a palavra “casa”, em que o fonema / z / pode ser representado pelos grafemas “s” ou “z”.

No texto, podem ser encontrados alguns erros ortográficos, ou, como alguns autores preferem nomear, desvios da ortografia padrão (BAGNO, 2006b) ou deslizes ortográficos (PERROTA, MASINI E MÄRTZ, 2004), tais como “feverreiro” (fevereiro), “ensame” e “isame” (exame), “cachão” (caixão) e “alizei” (alisei), que se justificam pela possibilidade que alguns fonemas têm de ser representados por várias letras, como no caso do / z /, que pode ser representado pelas letras “z”, “s” e “x”, e do fonema / Σ /, que pode ser representado pelos grafemas “x” ou “ch”. No caso do fonema / r / da palavra fevereiro, pode ter havido uma generalização da regra, já que, em algumas palavras, a letra “r” pode ter o mesmo som atribuído ao dígrafo “rr” (/ x /), como, por exemplo, na palavra raposa (Zorzi, 1998).

Como exemplo das variações lingüísticas encontradas, tem-se as palavras “madruga” (madrugada), “Daminhão” (Damião), “enternaram” (internaram), “ensame” (exame), “emegência” (emergência), “Ponto Socorro” (Pronto Socorro), “isame” (exame), “alejado” (aleijado), “pro” (para o), “vê” (ver), “pra” (para), “abraça” (abraçar), “cachão” (caixão), “tava” (estava), “távamos” (estávamos) e a expressão “os dias foi se passando” (os dias foram se passando). De acordo com o que já foi explicitado, tem-se que estas variações são reflexo das formas lingüísticas utilizadas no meio social em que a aluna está inserida e não devem ser consideradas como erros, já que são variedades da língua. Entretanto, dependendo do gênero textual utilizado e do monitoramento estilístico da produção escrita, o fonoaudiólogo ou o professor deve orientar a criança, explicando todos os aspectos relacionados a estas questões, mas sem classificar estas produções de erros, já que elas não se configuram como tal (BAGNO, 2007).

Por fim, é interessante agregar a esta análise um questionamento de Ramos (2003), que pergunta o que seria mais importante: compreender e interpretar o lido ou identificar grafemas? Ao admitir que ler e escrever possuem o objetivo de significar, a autora afirma que é fundamental que se tenha uma concepção que priorize o conteúdo das produções escritas. Por outro lado, é importante salientar que priorizar o conteúdo não significa descuidar a forma. Assim, pode-se afirmar que, no texto em análise, estas questões relacionadas à forma não interferem nem no conteúdo nem na compreensão da mensagem pelo leitor.

Vale destacar, ainda, a questão citada anteriormente, relacionada ao regionalismo da professora e da aluna. No texto, são encontradas as formas

lingüísticas “deram-lhe” e “levá-lo”, raramente utilizadas na variedade local. No entanto, o seu uso pode estar relacionado às correções da professora, que utiliza estas expressões corriqueiramente em sua fala e sua escrita. Ao ser questionada sobre este aspecto, a professora afirmou que, diante das produções que a aluna já fez em sua disciplina, acredita que estas formas apareceram por influência de correções realizadas em outros textos. Dessa forma, não serão consideradas nesta análise.

3. RESULTADOS

Foram entrevistados dezoito fonoaudiólogos que trabalham com a área de linguagem, sendo dezessete do gênero feminino e um do masculino. Os profissionais entrevistados possuíam de 02 a 25 anos de formação acadêmica na graduação, perfazendo uma média de 13,5 anos de formação. Destes, quinze cursaram uma pós-graduação na área de linguagem ou lingüística, sendo cinco no nível da especialização (F02, F07, F13, F14 e F15), dois com especialização e mestrado (F05 e F12), um com mestrado em curso (F01), três com mestrado (F09, F11 e F16), dois com mestrado concluído e cursando o doutorado (F08 e F18), um com mestrado e doutorado (F10) e outro com doutorado (F17). Os demais profissionais (F03, F04 e F06) ou cursaram uma pós-graduação em outra área, ou não cursaram nenhuma. Estas informações estão apresentadas no quadro 01 (anexo 5).

Quanto às perguntas do questionário sobre os aspectos teóricos da concepção de língua, variações lingüísticas, desvios e erros, assim como a possível atuação fonoaudiológica nesse contexto dos participantes, as respostas serão descritas de acordo com os questionamentos que foram feitos. Todas as respostas dos participantes estão descritas detalhadamente no quadro 02 (anexo 6).

A primeira pergunta do questionário referia-se à concepção de língua que o fonoaudiólogo utilizava em sua prática. Foi relatado pelos sujeitos F01 e F03 que a língua seria a expressão do pensamento; os participantes F02, F05 e F13 pontuaram que seria um meio, um instrumento que levava à

comunicação; e outros três (F07, F09 e F15) conceituaram-na como um código. Os recortes abaixo ilustram estes posicionamentos.

“(...) é a expressão do pensamento (...), assim como a linguagem.” (F01)

“(...) a língua seria esse meio que a gente tem para estabelecer comunicação (...).” (F05)

“Língua eu entendo mais como um código.” (F07)

Ainda com relação a este questionamento, foram obtidas, também, respostas mais gerais, como a relação da língua com a interação (F06), a língua enquanto um aspecto físico, articulatório e formal da expressividade (F04), como um sistema arbitrário (F11), e língua como ação (F18). O participante F14 não soube responder a este questionamento.

No entanto, apenas cinco sujeitos (F08, F10, F12, F16 e F17) conceituaram-na como um sistema lingüístico historicamente constituído e influenciado por questões sócio-culturais, como mostram os seguintes recortes:

“Língua como historicamente constituída e um sujeito também constituído na/pela linguagem na interação com o outro sócio-historicamente.” (F12)

“(...) língua enquanto sistema, estrutura e movimento (...). funciona como um sistema dinâmico, portanto, passível de modificações.” (F16)

Na segunda pergunta, foi questionado qual o conhecimento que o profissional tinha sobre as variações lingüísticas, sendo apontado por doze sujeitos (F01, F05, F07, F08, F09, F10, F11, F12, F15, F16, F17 e F18) que

elas estariam associadas a questões sócio-econômicas e regionais, caracterizando as diferentes formas de falar dos sujeitos. Neste grupo, ainda houve comentários superficiais relacionados ao uso da língua nos diversos gêneros textuais e à importância da normatização da língua, apesar destas variações. Os trechos a seguir ilustram estas colocações:

“(...) seriam diversas formas de manifestação da língua, que variam de acordo com a comunidade do membro falante (...). É de natureza lingüística (...). É a língua a mercê do falante.”
(F18)

“(...) eu poderia falar das variações que existem, tanto questões culturais, regionais, educacionais (...).” (F09)

No entanto, é importante ressaltar que o fonoaudiólogo F11 está no grupo que apontou esta última conceituação, mas enfatizou a importância dos falantes saberem que há uma língua que normatiza o seu uso.

“(...) que eu me lembre, a gente define muito as variações regionais, de classes sociais, dentro da língua portuguesa (...). O importante é a gente saber que temos uma referência, que é a língua que normatiza (...).”(F11)

Neste mesmo item, ainda houve um entrevistado (F02) que apontou que corresponderiam às modalidades oral e escrita da língua e cinco (F03, F04, F06, F13 e F14) não ouviram falar desta temática ou não lembravam o conceito.

O questionamento seguinte dizia respeito à existência ou não de diferenças entre os termos variações lingüísticas, desvios e erros. Foi

observado que dois sujeitos (F03 e F15) acreditam que há diferenças, mas não souberam apontar quais, e outros dois (F05 e F14) pontuaram que não há diferenças entre esses termos. As respostas dos demais fonoaudiólogos serão divididas de acordo com cada um dos termos, como pode ser observado a seguir.

As diferenças específicas entre os termos foram citadas por quatorze entrevistados (F01, F02, F04, F06, F07, F08, F09, F10, F11, F12, F13, F16, F17 e F18). O termo *variação lingüística* foi conceituado como uma característica dos sujeitos inseridos em determinado contexto sócio-cultural por dez fonoaudiólogos (F01, F02, F04, F07, F10, F11, F13, F16, F17 e F18), como pode ser visto nos trechos abaixo:

“(...) as variações são bem caracterizadas, como falei antes (...). A variação vai ser uma característica daquele indivíduo por ele estar inserido no ambiente X.” (F01)

“(...) seriam todas aquelas variedades que são possíveis na língua, mas que não são registradas como padrão na língua (...).” (F18)

Outros conceitos também foram atribuídos, tais como a associação com os conceitos relacionados aos usos da língua e os gêneros textuais (F08), a relação com formas diversificadas (F09), e como algo que faz parte do percurso da língua (F12). Os recortes abaixo ilustram estes conceitos:

“(...) eu posso tentar explicar como se fosse uma roupagem que a gente veste de acordo com as condições de produção, com o meio em que estamos inseridos (...). Se eu vou para uma festa,

falo de uma determinada forma; se eu vou dar uma palestra em Fonoaudiologia, uso uma forma diferente (...).” (F08)

Além disto, F06 não incluiu a conceituação desse termo nesta diferenciação por não conhecê-lo. Neste item, dois dos fonoaudiólogos (F04 e F13) que referiram na primeira questão não conhecer plenamente as variações lingüísticas tentaram atribuir um conceito a partir de uma concepção lógica da raiz das palavras, e outro (F02) mudou a forma como conceituaram estas variações.

Os desvios foram conceituados por três entrevistados (F02, F11 e F16) como relacionados a uma condição patológica, como ilustram os recortes abaixo:

“(...) a gente utiliza quando está vendo alguma questão patológica envolvida (...), tentando buscar a origem do problema.” (F11)

“(...) é um termo bastante utilizado na clínica fonoaudiológica para se referir aos fenômenos lingüísticos (substituições, omissões, etc), seja na fala ou escrita, em que é necessária uma intervenção (...).” (F16)

Outras respostas foram obtidas, tais como a relação com o processo de aquisição da linguagem pela criança, apontado por cinco fonoaudiólogos (F04, F06, F09, F17 e F18). No entanto, o sujeito F04 acrescentou, ainda, que o termo desvio seria apenas uma evolução da nomenclatura do erro, como mostram os trechos a seguir:

“(...) o desvio seria, de repente, uma pessoa que ainda (...) não se apropriou daquela língua e, por conta disso, apresenta

alguns desvios. Isso vai de acordo com a idade da criança (...).”

(F09)

“(...) com o avanço da Lingüística como da própria Pedagogia (...) houve uma reflexão sobre determinadas falhas no processo de construção que levava ao erro. E aí o erro passou a ser visto (...), aí vem as novas nomenclaturas, como um desvio. (...) O desvio se enquadraria na concepção de um erro entre aspas, (...) relacionado com o processo de crescimento da criança.”

(F04)

Ainda com relação à conceituação do termo desvio, um entrevistado (F01) atribuiu um conceito equivalente ao erro, outro (F07) equivalente à variação lingüística, e dois sujeitos (F12 e F13) atribuíram conceitos abstratos ou específicos, tais como algo que foge de um contexto e a citação dos desvios fonético e fonológico, respectivamente. Além disto, o fonoaudiólogo F10 afirmou ser necessária a diferenciação dos desvios das variações, mas não atribuiu nenhum conceito ao primeiro e o F08 não atribuiu conceitos a este termo. As falas abaixo ilustram estes dados:

“(...) eu acho que, talvez, se aproximam mais os desvios e os erros (...). A gente consegue identificar, numa avaliação fonoaudiológica, a causa (...) daquele desvio ou daquele erro (...). Muitas vezes isto está aliado a uma questão psicológica ou emocional (...).” (F01)

“(...) eu acho que desvio seria o mesmo que variação.” (F07)

Quanto ao erro, cinco fonoaudiólogos (F04, F06, F07, F16 e F18) relacionaram-no a questões gramaticais e ortográficas comuns a todos, não

sendo interpretado como algo patológico, pois faz parte do processo de aquisição da linguagem. Outro (F02) conceituou o erro como algo normal, pois todos erram.

“(...) eu acho que o erro está relacionado à questão de formação gramatical (...), de aquisição de linguagem e de falhas nesse sentido (...). É quando você aprendeu mal e errou (...).” (F06)

“(...) definir ‘erros’ não é fácil, depende do seu olhar, (...) de que lugar você fala. (...) Considerando a norma padrão, vejo o ‘erro’ na escrita como uma ‘falha’, ou mesmo um desvio da norma padrão (...). Na perspectiva lingüística de De Lemos (...), os erros produzidos (...) são constitutivos e estruturantes da trajetória lingüística infantil. Erros considerados patológicos seriam onde se encaixam os desvios (...). (F16)

Os outros entrevistados atribuíram conceitos diferentes a este termo: algo que causa estranhamento ao ouvinte (F12), uma deturpação (F13), uma alteração na forma (F17), uma consequência da persistência do desvio (F09), algo equivalente ao termo desvio (F01), algo equivalente às variações lingüísticas (F08). Além disto, dois sujeitos (F10 e F11) pontuaram nunca utilizar esta nomenclatura, já que os erros fazem parte do processo de aquisição, como pode ser visto nos recortes abaixo:

“(...) os erros seriam aquelas crianças que não deveriam mais apresentar esses desvios e, por algum motivo, que deveria ser avaliado, ela continua errando.” (F09)

“(...) erro eu não considero, eu considero uma variação, pois para mim não existe erro quando a gente não quer enfatizar o

preconceito lingüístico. Então, não vejo como erro, vejo como uma variedade (...).” (F08)

“(...) erro eu não usaria em nenhuma ocasião (...).” (F10)

Fazendo uma análise integrada das respostas desta terceira questão, observa-se que apenas dois fonoaudiólogos (F02 e F16) conseguiram fazer a diferenciação correta destes três termos, embora outros conceitos individuais estivessem coerentes.

A última questão indagava sobre a possível atuação do fonoaudiólogo frente às variações lingüísticas na produção escrita de uma criança em seu consultório. Neste item, cinco sujeitos (F08, F12, F16, F17 e F18) afirmaram ser importante o trabalho com os gêneros textuais e as variações lingüísticas, especificando as diversas condições de produção e seus respectivos objetivos. Enfatizaram, ainda, que, a partir do momento em que a criança entra em contato com outras experiências lingüísticas, passa a conhecer a norma padrão e sua possibilidade de variações, como mostram os trechos a seguir:

“No consultório a escrita não aparece desvinculada de sua história nos aspectos social, ideológico (...). Ao me deparar com as variações lingüísticas, considero todos os contextos envolvidos e, principalmente, o sujeito que escreve. Isto, obviamente, não invalida de eu levá-lo a perceber as diferentes formas de escrita, considerando o objetivo de quem escreve e para quem escreve.” (F12)

“Acredito que pensar em tratamento diante de um caso de variação lingüística é negar a identidade cultural do paciente, seria estigmatizar e transformar a variação em desvio, como algo patológico que necessita de intervenção (...). Como fonoaudióloga, acredito ser muito importante situar e

compreender a história sócio-cultural do paciente para melhor entender os fenômenos lingüísticos presentes na sua linguagem (...). Isso irá facilitar as conclusões diagnósticas (desvio ou variação lingüística) e as condutas terapêuticas (...). Acredito que seria interessante e importante orientar a escola que, muitas vezes, desconhece a variação lingüística (...).”
(F16)

Contudo, cinco entrevistados (F01, F09, F10, F11 e F15) afirmaram acreditar que deveria ser mostrada à criança a forma lingüística correta da variação, desconsiderando-a na escrita. Acrescentaram, ainda, que isto se deve ao fato de a escrita ter sempre um caráter mais formal que a fala.

“(...) no caso de uma criança pequena, recém-alfabetizada, eu acho que é tempo de mexer na raiz do problema, de mostrar para ela o certo (...). Esquecer aquela variação na escrita. Mas no caso de uma criança maior, acho que a gente pode pensar na conscientização, e sempre mostrando o certo em seguida (...). Conscientização de que aquela variação que ele tem na fala não seria gramaticalmente correta (...) na escrita.” (F01)

“(...) eu ia levar em consideração a idade desse paciente. Se fosse um paciente adolescente ou adulto que tivesse apresentando essas variações e tivesse a questão da consciência, eu ia começar a mostrar para ele que existem determinados termos que são aceitos na linguagem oral, mas não na escrita, que é mais formal (...).” (F09)

“Talvez eu mostrasse para ele a forma correta da escrita daquela palavra e que a escrita é um código único e que não permite essa variação não.” (F15)

Outros posicionamentos foram observados, tais como a necessidade de uma análise prévia do contexto e da variação presente, a fim de observar a interferência que ela exerce na escrita para, em seguida, definir a necessidade ou não de uma intervenção nesta variação (F04 e F07), e a afirmação de que, na clínica fonoaudiológica, deixaria as variações lingüísticas do jeito que elas aparecessem na produção textual (F13). No decorrer do questionário, este último participante não demonstrou um conhecimento aprofundado sobre as variações lingüísticas, e sua resposta a este questionamento surgiu como uma espécie de indução pelo que já tinha sido respondido, como pode ser visto a partir do recorte abaixo:

“(...) Eu acho que teria que analisar direitinho, ver que tipo de variação é essa, em que realidade esse paciente está inserido, para que pudesse intervir de uma forma melhor, ou não intervir. (...) Será que essa variação é tão grave assim que interfere tanto na produção escrita dele? Eu acho que primeiro eu ia levar isso em conta para depois atuar ou não. (...)” (F07)

“Eu trabalharia esta variação lingüística, independente de qual fosse (...). Ou não, está errado isso, porque eu acabei de dizer que a variação lingüística faz parte de um contexto de linguagem. Se o paciente apresenta, eu tenho que respeitar (...). Eu respeitaria essa variação lingüística e deixaria do jeito que ele tivesse (...).” (F13)

Além disto, três fonoaudiólogos (F02, F06 e F05) não responderam à pergunta realizada abordando temáticas diferentes, mas relacionadas à escrita, tais como a importância da interpretação daquilo que é trazido pela criança, a investigação da sistematicidade da alteração presente e a necessidade de se trabalhar as trocas de letras presentes na escrita, respectivamente. Outros dois (F03 e F14) afirmaram não saber responder a este questionamento.

Os resultados obtidos na segunda etapa da coleta de dados dizem respeito à análise dos aspectos relacionados à forma e ao conteúdo da produção escrita entregue aos fonoaudiólogos. Os dados coletados serão descritos a seguir e encontram-se detalhados no quadro 03 (anexo 7).

Quanto aos aspectos relacionados à forma, tem-se que dezessete profissionais (F01, F02, F04, F05, F06, F07, F08, F09, F10, F11, F12, F13, F14, F15, F16, F17 e F18) fizeram menção a estas questões em sua análise. Destes, cinco (F01, F02, F06, F09 e F18) diferenciaram palavras e expressões que consideraram erros e variações lingüísticas e dois (F05 e F14) fizeram referência apenas aos erros. Estes participantes apenas citavam a palavra lida no texto e classificavam-na como erros ou variações lingüísticas.

Os demais entrevistados (F04, F07, F08, F10, F11, F12, F13, F15, F16 e F17) fizeram menção aos aspectos relacionados à forma de maneira geral. Os sujeitos F04, F07 e F12 apontaram questões relacionadas aos erros ortográficos presentes no texto, identificando-as como questões secundárias e/ou próprias da escrita, já que o conteúdo do texto apresentaria uma riqueza de detalhes que conseguiu prender a atenção do leitor. Os recortes abaixo ilustram estas afirmações:

“(...) fazendo uma análise do ponto de vista lingüístico, da formalidade da língua, da escrita, a gente pode ver que tem

alterações, (...) algumas letras faltando, mas isso é o mínimo dos mínimos, não vale nada diante de outras grandezas que estão aqui presentes.” (F04)

“(...) Agora, como uma criança de 6ª série, tem alguma falhas da própria escrita (...), mas que não perturba a compreensão do texto dela (...).” (F12)

No entanto, F08, F09, F10, F11, F13, F15 e F17 mencionaram estes erros ortográficos como conseqüência do ensino das escolas públicas e/ou do meio sócio-cultural e econômico desfavorável da aluna:

“(...) Apoio na oralidade mesmo (...). A questão da concordância que ela não faz (...). Tem muitos erros ortográficos também (...). Estes erros de ortografia que ela está apresentando, que para a série dela são muitos, mas tem que considerar que ela é de escola pública, de uma situação financeira ruim (...).” (F08)

“(...) aqui tem errinhos de concordância, que eu acho que é normal do nível socioeconômico dela, muito apoio na oralidade (...).” (F15)

Apenas o sujeito F16 apontou as variações lingüísticas presentes como uma marca da produção escrita da aluna, não devendo ser confundidas com erros ou desvios, como mostra a seguir:

“(...) Não acho que seja interessante apontar ‘erros’ referentes aos desvios da norma padrão, como inadequação na concordância verbal, ‘erros ortográficos’, etc. Agir desta forma acabaria afastando-me do meu papel enquanto fonoaudióloga.

O que me chamou a atenção foi a presença de variações lingüísticas referentes ao uso da linguagem formal e informal e marcas da fala (...). Tais variações não considero como erro ou desvio e sim como uma marca da produção escrita da aluna.”(F16)

O participante F03 não fez comentários a respeito do texto propriamente dito. É válido acrescentar que oito fonoaudiólogos (F01, F02, F05, F09, F10, F11, F13 e F14) apontaram alterações relacionadas à pontuação, acentuação e uso indevido de letras maiúsculas e minúsculas, aspectos que não serão abordados neste estudo.

Os comentários relacionados ao conteúdo do texto foram feitos espontaneamente por treze entrevistados (F04, F05, F06, F07, F08, F09, F10, F11, F12, F13, F14, F15 e F18), tendo os demais (F01, F02, F16 e F17) comentado sobre estes aspectos após questionamento específico da pesquisadora. Apenas o sujeito F03 não fez nenhum tipo de comentário.

De todos os participantes, seis (F04, F07, F11, F12, F16 e F18) fizeram sua análise apenas levando em consideração os aspectos do conteúdo, colocando as questões da forma como secundárias, mas também importantes, como mostram os recortes abaixo:

“(...) Agora, como uma criança de 6ª série, tem alguma falhas da própria escrita (...), mas que não perturba a compreensão do texto dela (...).” (F12)

“(...) Não acho que seja interessante apontar ‘erros’ referentes aos desvios da norma padrão, como inadequação na concordância verbal, ‘erros ortográficos’, etc. Agir desta forma

acabaria afastando-me do meu papel enquanto fonoaudióloga. O que me chamou a atenção foi a presença de variações lingüísticas referentes ao uso da linguagem formal e informal e marcas da fala (...). Tais variações não considero como erro ou desvio e sim como uma marca da produção escrita da aluna.”

(F16)

Levando em consideração todas as respostas obtidas, no que diz respeito à organização do texto, treze sujeitos (F01, F02, F04, F06, F07, F08, F09, F12, F13, F15, F16, F17 e F18) consideraram que a criança organizou bem suas idéias ao longo da produção, havendo um desencadear lógico das idéias, como mostram os seguintes recortes:

“(...) É interessante ver nessa construção do texto como ela subdividiu os itens do texto. (...) Veja que ela tem uma construção perfeita, rica em detalhes. (...) Há um desencadear lógico dos acontecimentos, uma organização das idéias por escrito. (...)”

(F04)

“(...) o texto dela está ótimo. Ela introduz, abre as partes que ela vai especificar (...). Ele está todo articuladinho, com começo, meio e fim (...). Eu acho que ela cumpre o objetivo dela (...)”

(F12)

Outros três fonoaudiólogos (F03, F10 e F11) acrescentaram que é possível compreender a mensagem do texto, apesar dos erros de ordem pedagógica. No entanto, dois (F05 e F14) pontuaram que o texto possui uma quebra na sua seqüência por causa da riqueza de detalhes, o que teria dificultado a organização da escrita:

“O texto tem muitas questões ortográficas e de pontuação, mas até que ela estrutura bem as idéias (...). De uma forma geral, eu não acredito que isto (os erros) tenha prejudicado o andamento do texto, apesar de ela se apoiar muito na oralidade.” (F10)

“(...) aqui a gente já percebe (...) que ela não apresenta tantos erros na produção. Seria mais a questão do pensamento, na medida em que ela pensa, ela vai escrevendo (...), então é a questão da arrumação dos parágrafos (...). A dificuldade seria, assim, você tentar arrumar a história dela, com início, meio e fim (...).” (F05)

É relevante considerar um comentário feito por quatro entrevistados (F02, F04, F06 e F09), que consideraram interessante o diálogo da autora com o leitor por meio das perguntas que iniciavam cada item do texto:

“(...) Esta é uma forma bem particular dela de escrever, fazendo perguntas e ela mesma respondendo, como se ela tivesse se reportando ao leitor realmente (...).” (F02)

“(...) Mesmo assim, ela é boa de escrever (...). Ela até procura uma forma interessante de organizar: ela coloca uma pergunta e responde (...).” (F09)

Relacionando as respostas do questionário com a análise do texto, percebe-se que seis fonoaudiólogos (F01, F05, F09, F10, F11 e F17) apresentaram respostas divergentes, pois conceituaram adequadamente as variações lingüísticas, identificaram-nas no texto, no entanto, afirmaram ser

necessário mostrar à criança a forma lingüística correta dessas variações na escrita, realizando a correção propriamente dita.

Cinco entrevistados (F07, F08, F12, F16 e F18) dominam o conceito das variações e analisaram o texto enfatizando o conteúdo e considerando as questões formais da escrita como secundárias.

Por outro lado, dois sujeitos (F04 e F15) não conhecem o conceito das variações, mas analisaram o texto dando mais ênfase ao seu conteúdo, afirmando que as palavras e expressões advindas de meios sócio-culturais distintos devem ser tratadas de forma diferenciada.

Com respostas semelhantes nas duas etapas da coleta de dados, quatro entrevistados não conhecem o conceito das variações lingüísticas ou conhecem-no parcialmente, o que, conseqüentemente, os leva a considerar essas variações no texto como erros. Apenas o participante F03 não fez comentários específicos sobre o texto, o que impossibilitou a análise conjunta das suas respostas.

A partir dos dados expostos, será possível tecer discussões sobre o conhecimento do fonoaudiólogo sobre as variações lingüísticas, bem como a diferença conceitual entre essas variações, os desvios e os erros. Além disso, serão enfocadas as possíveis formas de atuação na clínica fonoaudiológica levando em consideração as variações lingüísticas presentes na produção escrita das crianças.

4. DISCUSSÕES

Os conteúdos relacionados às variações lingüísticas, seja em seus aspectos teóricos ou em sua aplicabilidade na clínica, têm sido mais enfaticamente discutidos na Fonoaudiologia, recentemente. Fazendo um recorte na atuação fonoaudiológica apenas no que diz respeito à linguagem escrita, esta temática ainda é pouco conhecida e discutida, como será visto ao longo deste texto.

No tocante à concepção de língua utilizada pelos fonoaudiólogos entrevistados, em sua prática terapêutica, observou-se que o conceito mais abordado foi o de “expressão do pensamento” e “meio de comunicação”, restringindo a língua a algo material, a um código de regras, ou seja, apoiando-se num conceito racionalista que enfatiza apenas as estruturas lingüísticas na busca de um ideal de língua única (ROBINS, 1983). No entanto, embasando-se nos conceitos da sociolingüística, aporte teórico que norteia este trabalho, vê-se que língua é mais que apenas um código, é um instrumento social que está diretamente relacionado ao seu uso e sua relação com a cultura e a identidade coletiva e individual dos seus falantes (GNERRE, 1998; BAGNO, 2007).

Assim como verificado nas respostas obtidas neste estudo, é possível encontrar muitas práticas que têm como base uma falta de compreensão mais aprofundada do que é falar e escrever, das relações entre oralidade e escrita, e, acima de tudo, um conhecimento distorcido e superficial do que é a língua, quer seja em sua modalidade oral ou escrita, em seus aspectos históricos e de transformações sucessivas (ZORZI, 2007). Portanto, questiona-se como é possível trabalhar com a língua se não se tem conhecimento do seu conceito

amplo. A consequência disto pode estar relacionada à desconsideração das questões sócio-culturais envolvidas no uso lingüísticos dos falantes.

Possenti (2002) destaca que os profissionais que se dedicam a diagnosticar e a tratar de pessoas com alterações de fala e/ou da escrita poderiam buscar um maior conhecimento básico dos fatores que regem algumas das manifestações de uma língua, com reflexo na escrita, pois eles explicam a maior parte das formas lingüísticas diferentes da norma padrão da língua.

Portanto, considera-se fundamental que o fonoaudiólogo tenha sua prática embasada numa concepção de língua que leve em consideração as práticas sociais envolvidas no uso que o falante faz de sua língua, tanto na fala quanto na escrita.

Explorando o conceito das variações lingüísticas, percebeu-se que a maioria dos profissionais entende esta temática fazendo uma associação com questões sócio-econômicas e regionais, embora sem aprofundar seu conceito. É importante esclarecer que o entrevistado que referiu o conceito “variações que podem ocorrer na língua” baseou sua resposta no aspecto etimológico da palavra, não sendo um conceito que conhecia em sua prática.

Apresentando um conceito amplo do que seriam estas variações, pode-se mencionar as afirmações de Bagno (2007), que as considera como a heterogeneidade da língua, da qual fazem parte as variedades lingüísticas, ou seja, as várias formas de se falar uma língua que apresentam características peculiares que as diferenciam de outras variedades, levando em consideração sua funcionalidade, ou seja, o uso de recursos necessários para que seus falantes interajam na sociedade. Em suma, entende-se que as variações

lingüísticas estão diretamente relacionadas ao contexto em que o falante/escritor está inserido.

Assim, é possível perceber que há um conhecimento superficial sobre a temática em questão, o que pode levar o profissional a encarar estas variações de forma equivocada, seja na modalidade oral ou escrita da língua, desconsiderando o fato de que elas fazem parte do uso da língua de cada cultura.

Uma análise dos dois primeiros pontos discutidos (concepção de língua e conceituação das variações lingüísticas) aponta que há uma incongruência nas respostas, pois, ao conceber a língua como um código de regras que serve à comunicação, não é possível admitir que um sistema de regras tenha variedades, o que exclui a existência das variações lingüísticas como algo inerente à língua, que representa a comunidade que faz uso dela.

Sendo assim, questiona-se qual o aporte teórico que está embasando a prática fonoaudiológica no que diz respeito à concepção de língua e sua possibilidade de variações, já que as respostas obtidas não apresentam uma relação coerente entre elas. O que pôde ser visto foi o uso concomitante de concepções teóricas distintas e opostas para justificar a prática clínica, o que prejudica o fazer fonoaudiológico, já que não há uma apropriação dos aspectos teóricos necessários para se trabalhar com a língua, em qualquer uma de suas modalidades. Portanto, seria interessante um estudo mais aprofundado da Fonoaudiologia sobre as questões que norteiam o estudo das concepções de língua, levando o fonoaudiólogo a conhecer as diversas linhas teóricas que discutem este aspecto e, assim, definir o embasamento teórico do seu fazer clínico.

Com relação à distinção entre os termos “variações lingüísticas”, “desvios” e “erros”, grande parte dos entrevistados mencionou dificuldade em identificar diferentes conceitos, principalmente entre os dois últimos.

O erro, nos depoimentos da maioria dos participantes, está atrelado a questões gramaticais e ortográficas, não sendo considerado algo patológico. No entanto, na prática, representada pela análise da produção textual de uma criança, este aspecto se configurou de forma diferente, como será discutido mais adiante.

Tal como o conceito adotado neste estudo, o termo erro, utilizado por alguns autores como “desvios da ortografia padrão” (BAGNO, 2006b) ou como “deslizes ortográficos” (PERROTTA, MASINI E MÄRTZ, 2004), refere-se a uma tentativa do escritor em se apropriar da norma ortográfica da língua (MORAIS, 1998). A aquisição desta norma ortográfica acontece de forma gradativa e é auxiliada pelo contato freqüente do aprendiz com a leitura e a escrita. Estes deslizes ortográficos apontam para a importância de se compreender a linguagem como prática discursiva social e, como tal, compreender sua elaboração sem fazer avaliações precipitadas e até equivocadas (PERROTTA, MASINI E MÄRTZ, 2004).

Assim, como exemplifica Freire (1997), o uso indiferenciado dos grafemas S, SS, Ç e C não interfere no sentido expresso ao leitor. Portanto, é a partir da resignificação do conceito de erro que se torna possível desmistificá-lo de uma condição patológica, entendendo-o como parte do processo de aquisição da linguagem e aprendizado da escrita. Este aspecto é de grande importância, visto que é comum, na clínica fonoaudiológica, esta associação do erro ortográfico a distúrbios na escrita.

No que se refere aos desvios, a maioria dos participantes relacionou-os a questões inerentes ao processo de aquisição da escrita, confundindo-os com o conceito atribuído aos erros. No entanto, alguns fonoaudiólogos associaram-nos a uma condição patológica, assim como trazido pela literatura. Santos e Navas (2004) apontam que o aprendizado da leitura e da escrita pode ser prejudicado por algumas alterações, tais como dificuldades com o processamento fonológico ou com a organização das idéias a serem colocadas no texto. Berberian (2003) acrescenta que estas dificuldades também podem estar relacionadas à compreensão do texto lido ou escrito ou à comunicação efetiva através da escrita.

De forma geral, é escasso o material teórico disponível na literatura específica que subsidia a conceituação dos desvios, levando em consideração a perspectiva teórica adotada neste estudo, principalmente no que diz respeito à sua diferenciação das variações lingüísticas e dos erros, aspecto que pode justificar a dificuldade dos fonoaudiólogos em fazer esta diferenciação a partir da atribuição de conceitos.

Baseando-se nos conceitos das variações lingüísticas e dos erros apontados anteriormente, é possível classificar os desvios como manifestações lingüísticas decorrentes de alterações emocionais e/ou orgânicas, tais como aspectos do processamento fonológico, visual e/ou neurológico, que influenciem no processo de aquisição da escrita.

Para ilustrar estes conceitos, pode-se exemplificá-los a partir de formas lingüísticas utilizadas pelas crianças: a expressão “nós estávamos felizes” escrita utilizando as formas “nós távamos feliz”, pode ser considerada como uma variação lingüística, desde que seja investigada a comunidade de falantes

em que a criança está inserida; a palavra “casa” escrita com o grafema “z” no lugar do “s” (“caza”) seria classificada um erro ortográfico; e a palavra “vovó” escrita com a letra “f” no lugar da “v” (“fofó”), seria um desvio, levando em consideração o aspecto fonológico alterado. Portanto, pode-se inferir que nos desvios não se encaixam nem os erros ortográficos cometidos pelas crianças nem as variações lingüísticas.

Questões dessa natureza levam a uma reflexão: como abordar cada um destes aspectos na clínica fonoaudiológica? De que forma as variações devem ser entendidas pelo profissional e pelo aprendiz?

A variação lingüística não pode sofrer preconceitos nem ser diagnosticada ou tratada como desvio. Muitas vezes, o que pode ser considerado desvio, na clínica fonoaudiológica, é uma manifestação de linguagem eficiente na comunidade lingüística do falante ou escriba, configurando-se como uma variante sócio-cultural que pode ser explicada a partir da trajetória histórica de formação da língua portuguesa (VOGELEY, 2006).

Sendo assim, percebe-se que a dificuldade na diferenciação destes termos, principalmente no que diz respeito às variações lingüísticas, está diretamente relacionada aos aspectos relacionados à concepção de língua e ao conceito das variações lingüísticas abordados anteriormente, pois uma concepção restrita sobre a língua leva ao desconhecimento da possibilidade de variações, que, por sua vez, leva à classificação de todas as formas lingüísticas diferentes da norma padrão como erros. Por fim, tudo isto pode refletir diretamente na forma como os fonoaudiólogos vão lidar com estas questões nas produções escritas de seus pacientes.

Os dados mostraram ainda que apenas dois entrevistados (F02 e F16) conseguiram diferenciar estes três termos de forma correta. Este desconhecimento faz com que as pessoas acabem não distinguindo o que é um modo de falar ou escrever derivado de uma variação lingüística daquilo que é uma alteração de linguagem (ZORZI, 2007), e, mais ainda, daqueles erros ortográficos que fazem parte do processo de aquisição da escrita.

O autor complementa que os fonoaudiólogos que trabalham com aprendizagem da língua precisam compreender o fenômeno da variação, sabendo diferenciá-lo de déficit. As alterações de linguagem devem ser tratadas, no entanto, as variações lingüísticas não precisam de tratamento, mas sim de explicitação e ensino. Em vez de tratar e corrigir, deve-se levar a criança ao aprendizado, de modo a oferecer-lhe novas possibilidades de uso e domínio da língua, sem negar, desrespeitar ou desprestigiar a linguagem que a constitui.

Mostrar à criança estas possibilidades de uso da língua significa trabalhar na clínica fonoaudiológica, bem como na escola e nos seus demais ambientes sociais, os gêneros textuais, ensinando-a que tanto a fala como a escrita podem ser mais ou menos monitoradas estilisticamente, dependendo do objetivo de cada texto. Sendo assim, o uso das variações lingüísticas e da norma padrão da língua depende diretamente do gênero textual a ser utilizado. Portanto, cabe ao profissional explicitar à criança a diferença entre estas formas lingüísticas, levando-a a um conhecimento crítico sobre a sua língua.

O último questionamento, que se referia a uma possível atuação clínica diante das variações lingüísticas na escrita, possibilitou a identificação de que, apesar de ter mencionado, anteriormente, conhecer as variações lingüísticas e,

em alguns casos, diferenciá-las do erro ou do desvio, apenas cinco entrevistados demonstraram respeitar estas peculiaridades da língua, mencionando, inclusive, o trabalho integrado com os gêneros textuais e os usos da língua, já que as condições de produção e os objetivos do texto vão direcionar estas questões até então discutidas. No entanto, a maioria das respostas tratou-as como erros, desconsiderando-as na escrita, visto que esta modalidade seria mais formal, segundo relato de alguns.

Neste aspecto, é possível perceber um desconhecimento de aspectos relacionados ao conceito de escrita, de gêneros textuais e das variações lingüísticas na prática fonoaudiológica. Conceber a escrita como uma modalidade estritamente formal da língua é desconsiderar que ela é uma atividade interativa no contexto sócio-cultural e que, tanto a fala como a escrita, podem ser mais ou menos monitorada estilisticamente, dependendo do gênero textual utilizado e das condições de produção do discurso (MARCUSCHI, 2007; BAGNO, 2007). As respostas encontradas apenas reforçam a afirmação de Andrade (2007) de que, na Fonoaudiologia, ainda é muito utilizada a concepção de escrita como uma representação gráfica da linguagem oral, reforçando a idéia de que ela é uma transcrição de uma representação que lhe é prévia.

O que se percebe, como afirma Zorzi (2007), é que o trabalho fonoaudiológico, geralmente, é ancorado na idéia de que existe uma única forma correta e aceitável de se falar, tendo-se em mente a representação escrita das palavras, postura que corresponde a uma concepção de língua idealizada. A consequência desta concepção é a produção de uma língua artificial, irreal, rígida, única e considerada como “certa” em oposição à língua

real, dinâmica, mutável, variável, fortemente dependente do contexto social e determinada por fatores sócio-históricos.

Assim, considerando a realidade dinâmica da língua, o mito de escrita “perfeita”, ortográfica, corresponde a uma ilusão. Ela pode ocorrer, mas, certamente, irá soar como forçada e artificial (ZORZI, 2007).

Vogelely (2006) acrescenta que estas posturas são um reflexo do critério de normalidade e do modelo padrão utilizado pela Fonoaudiologia, que partem das prescrições da gramática normativa, dificultando a compreensão e o respeito diante das variedades lingüísticas. A prática clínica fonoaudiológica não pode excluir esses elementos humanitários e sociais em detrimento de uma necessidade positivista, herdada das ciências médicas, de mensurar, diagnosticar e precisar o saber lingüístico.

De uma forma geral, o que se espera do fonoaudiólogo é, ao menos, o conhecimento e o respeito a estas variedades, o que facilitaria sua atuação junto à criança, à medida que ele teria subsídios para, como cita Guimarães (2005), aproveitar esses episódios tanto para discutir a legitimidade de diferentes variedades lingüísticas como para refletir sobre a norma padrão. Possenti (1996) acrescenta que, no momento em que a criança começa a reconhecer sua variedade lingüística como uma variedade entre outras, ganha consciência de sua identidade lingüística e se dispõe à observação das variedades que não domina.

Relacionando os achados discutidos até então com a formação acadêmica dos entrevistados, podem-se inferir alguns comentários importantes. O tempo de formação variou muito, tendo participado deste estudo fonoaudiólogos com 02 até 25 anos de formação, o que deixa implícito que as

matrizes curriculares do curso de graduação destes entrevistados são muito diferentes, já que várias modificações foram feitas ao longo deste tempo. Apesar disto, percebe-se que as respostas aos itens questionados foram semelhantes, o que pode justificar as discussões tecidas em torno dos aspectos das variações lingüísticas na escrita, na clínica fonoaudiológica, pois mostra que o conhecimento restrito sobre esta temática e sua aplicabilidade na clínica independe da formação acadêmica na graduação em Fonoaudiologia. Independente do tempo de formação, este conteúdo é pouco abordado e, em algumas situações, não está incluso nas matrizes curriculares dos cursos. Os profissionais que referiram ter cursado alguma pós-graduação na área de Linguagem ou Lingüística apresentaram respostas mais completas, apesar de ainda haver falhas nas questões discutidas.

A ausência de conteúdos relacionados à Sociolingüística, principalmente no que se refere à concepção de língua e sua possibilidade de variações em qualquer uma de suas modalidades, na formação do fonoaudiólogo contribui diretamente para a sua atuação embasada nos pressupostos teóricos racionalistas quando se trata de questões relacionadas à escrita.

Este dado leva à reflexão sobre a necessidade de uma abordagem mais ampla acerca destes conteúdos nas matrizes curriculares dos cursos de Fonoaudiologia, seja na graduação ou pós-graduação, pois é difícil conceber que um profissional que trabalha com a língua, em qualquer uma de suas modalidades, não conheça seu conceito de forma ampla e, acima de tudo, não respeite sua possibilidade de variação, desconsiderando e desrespeitando a linguagem e a cultura de seus aprendizes/pacientes. Entender a escrita como um conjunto de regras gramaticais é limitar a criatividade das crianças, é

homogeneizar a linguagem e sua manifestação através das suas produções escritas.

Com relação à análise da produção textual, a maioria dos entrevistados priorizou os aspectos relacionados à forma. Nas análises deste aspecto do texto, foi possível identificar que a maioria dos profissionais apontou as variações lingüísticas e os erros como integrantes de uma mesma classe: os erros ortográficos. Alguns, inclusive, não fizeram comentários relacionados ao conteúdo do texto ou consideraram-no como um aspecto secundário.

Neste caso, como apontam Kristensen e Freire (2001), os usos sociais da escrita, em que se observam a relação da criança com a escrita e como ela está se constituindo, não são enfatizados, sendo apontados somente os erros ortográficos e gramaticais. Assim, não há lugar para o sujeito, sendo considerada somente a língua como estrutura, como se não houvesse interação entre o sujeito e o texto. As autoras acrescentam, ainda, que, diante da importância dos usos sociais da língua, os aspectos formais não devem assumir prioridade na clínica fonoaudiológica, pois, antes, é necessário que a criança tenha contato com a função da escrita, entre no funcionamento de um discurso escrito, para que, a partir dos deslocamentos que ela promove, possa se defrontar com a língua em funcionamento.

Um outro aspecto importante de ser destacado diz respeito às sugestões de correções destes erros encontrados no texto, visto que a escrita é sempre formal e não admite estas formas lingüísticas, argumento utilizado por grande parte dos fonoaudiólogos. A partir deste relato, observam-se alguns conceitos distorcidos, como, por exemplo, o de escrita, de usos sociais, de gêneros

textuais e, conseqüentemente, de condições de produção, como apontado anteriormente.

Quanto a estas correções sugeridas, observa-se que, como aponta Masini (1999), a ortografia tem sido eleita como primeiro critério para avaliação dos textos. Ela ainda continua sendo a principal preocupação na aprendizagem da escrita, tanto para os educadores da maioria das escolas, como para os pais dos aprendizes. Fica explícito, então, o valor que se dá à ortografia em detrimento do que se escreve e de quem escreve. Perrota (2002) acrescenta que a supercorreção dos textos, visando adequá-los a um padrão, seria uma violência. Questiona, então, como seria possível oferecer à criança o conhecimento da escrita quando ela ainda se depara com uma questão anterior ao processo simbólico necessário para aprendê-la: a de se sentir com potencial criativo para se apropriar de maneira singular da linguagem.

De acordo com Possenti (2002), a excessiva preocupação com os erros ortográficos tem se mantido, ao longo do tempo, pelo fato de o domínio das convenções ortográficas ser interpretado como prova do domínio da escrita. No entanto, estes deslizos podem ser interpretados como algo relacionado à manifestação de uma variação lingüística e à prática da escrita.

Assim, o autor enfatiza que:

“(...) Parece que pouco importa que se leia ou se escreva relativamente pouco. O importante é que um aluno não tenha problemas ortográficos (...)” (2002, p. 27)

Ao considerar a escrita como uma modalidade da língua sempre formal, os entrevistados desconsideram, também, o conceito dos gêneros textuais, apontados por Bakhtin (1997), como enunciados elaborados a partir dos usos da língua em diversas situações. Sendo assim, gêneros menos formais, como,

por exemplo, um bilhete, exigem menor monitoramento estilístico por parte do escritor.

Por fim, este posicionamento tradicional desconsidera os usos e funções sociais da escrita implícitos numa produção textual, a saber, quem escreve, para quem se escreve e com que objetivo escreve (MARCUSCHI, 2007). Freire (1997) sustenta estas considerações apontando a importância do conhecimento das condições de produção em que o texto foi produzido, aspecto de extrema relevância para o processo de interpretação. Quanto mais natural a situação de sua produção, mais ele terá a dizer da relação da criança com a escrita.

Ainda com relação à equivalência das variedades lingüísticas com os erros, percebe-se, como apontado, que, apesar do conhecimento teórico superficial acerca desta temática, os fonoaudiólogos não os colocam em prática, considerando as variações lingüísticas como erros que precisam ser corrigidos pela criança.

Zorzi (2007) menciona que falantes de variações lingüísticas, obviamente diferentes daquilo que é considerado padrão, são, em geral, tidos como falantes deficitários, que teriam dificuldades de linguagem. Como consequência desta visão distorcida, essas pessoas acabam por não conseguir diferenciar aquilo que é um modo de falar ou escrever derivado de uma variação lingüística daquilo que é uma alteração de linguagem. Uma criança que aprenda a usar as palavras de acordo com os usos que sua comunidade lingüística faz, independente da maior ou menor proximidade daquilo que se tem como padrão, mostra uma competência lingüística, ou seja, uma capacidade de se apropriar da linguagem à qual está exposta.

Com estas discussões, não se pretende afirmar que a clínica fonoaudiológica deve se eximir da responsabilidade de seguir a norma padrão da Língua Portuguesa, permitindo que as crianças utilizem suas variedades lingüísticas em qualquer produção escrita. Sabe-se que existem as regras da dita norma padrão e que elas regem a língua, mas objetiva-se enfatizar a necessidade de o fonoaudiólogo conhecer a possibilidade das variações da língua e respeitá-las, sem considerá-las como erros, como foi visto que é uma prática muito comum. Esta classificação de erros termina por atribuir uma caracterização negativa a quem o produz, no caso o escritor, quando, na verdade, algumas vezes, não passam apenas de variações lingüísticas, decorrentes de seu contexto sócio-cultural ou demais aspectos já discutidos. A partir do momento em que o fonoaudiólogo conhece estes aspectos, pode levar a criança a uma reflexão sobre eles, associando a um trabalho voltado para ênfase nas condições de produção e nos gêneros textuais, que vão definir o monitoramento estilístico necessário para cada texto.

Quanto ao conteúdo expresso no texto, assim como a organização das idéias, o que implica que haja aspectos relacionados à coesão e à coerência que facilitam o entendimento do leitor, a maioria dos participantes mencionou que a produção textual em questão apresentava uma boa organização. Conforme Freire (1997), a organização do texto está diretamente relacionada com a autoria do texto. Exercer essa autoria é garantir efeitos de sentido no leitor, é poder dizer de si, identificando-se como um personagem do texto ou assumindo-se como narrador da sua própria história.

Relacionando os aspectos da análise do texto relacionados à forma e ao conteúdo, tem-se que as questões relacionadas ao conteúdo não foram

ênfâtizadas espontaneamente por todos os participantes, o que leva ao questionamento de quais aspectos seriam importantes para estes fonoaudiólogos nesta análise. De forma geral, uma produção textual é completa a partir do momento que apresenta, principalmente, intencionalidade, além dos aspectos formais da língua, do conteúdo e da organização. Esta intencionalidade está relacionada diretamente aos usos funcionais que o escritor faz da escrita, ou seja, qual o seu objetivo e quem é o seu leitor, cumprindo a função da comunicação. Kristensen e Freire (2001) pontuam que a constituição de um texto não depende apenas do conhecimento e do uso correto das normas da língua.

Diante do que foi exposto, percebe-se que a maioria destes fonoaudiólogos ênfâtizou os aspectos formais da língua em detrimento dos demais aspectos descritos acima. Assim, questiona-se, também, qual a noção de texto que possuem, já que desconsideram a intencionalidade e o conteúdo de uma mensagem escrita, apresentada em qualquer gênero textual. Conseqüentemente, isto leva à reflexão sobre a forma como estes textos são trabalhados na clínica fonoaudiológica e que aspectos têm sido ênfâtizados. No entanto, essa discussão não será estendida por não corresponder ao objetivo direto deste trabalho. Mesmo assim, fica a sugestão para que pesquisas que envolvam esta temática sejam realizadas, a fim de contribuir com a atuação fonoaudiológica com a escrita, especialmente no que diz respeito aos textos.

Toda a discussão levantada até agora, aponta para o fato da importância de um trabalho fonoaudiológico que ênfâtize a função social da escrita, principalmente no que diz respeito à intencionalidade do texto. Para Freire (1997), resgatar a função social da escrita é o ponto de partida. Isso pode ser

feito basicamente através da presença significada de portadores de textos na situação escolar e do uso dos diversos gêneros textuais.

Neste trabalho com os gêneros textuais, será possível enfatizar os aspectos relacionados às variações lingüísticas, pois serão introduzidos diversos gêneros, desde o mais ao menos monitorado, como discutido anteriormente. Assim, será dada oportunidade ao fonoaudiólogo e ao aprendiz da escrita de trabalhar com a norma padrão da língua, bem como com suas possibilidades de variação, fazendo com que ambos entrem em contato com os usos da língua em diversas situações.

CONCLUSÕES

Diante de todos os aspectos discutidos neste trabalho, pôde-se perceber, de forma geral, que grande parte dos fonoaudiólogos apresentou uma concepção restrita sobre a língua, baseando-se nos pressupostos do racionalismo, o que, conseqüentemente, leva a um desconhecimento sobre uma concepção mais ampla, baseando-se na sociolingüística, que a concebe como um instrumento social, heterogêneo e variável, construído a partir da coletividade. Como conseqüência, exclui a sua possibilidade de variações como algo inerente ao uso dos seus falantes.

Neste sentido, estes profissionais tendem a considerar as variações lingüísticas como erros que devem ser corrigidos, pois, de acordo com seus argumentos, a escrita é sempre formal e não admite estas questões. No entanto, com as discussões tecidas no decorrer deste trabalho, foi possível apreender que, diferentemente das respostas obtidas, o monitoramento estilístico exigido, tanto na fala como na escrita, vai depender do gênero textual utilizado. Portanto, tanto a fala como a escrita podem ter mais ou menos formalidade, dependendo do objetivo do texto.

Assim, entende-se que as variações lingüísticas devem ter um tratamento diferenciado dos erros ortográficos ou dos desvios dos escritores, pois representam características peculiares do meio sócio-cultural e econômico em que estes sujeitos estão inseridos. Entretanto, é preciso que o fonoaudiólogo tenha acesso a estes aspectos teóricos da sociolingüística para subsidiar sua prática terapêutica, questão que tem sido pouco abordada, seja em cursos de graduação ou pós-graduação da Fonoaudiologia.

A partir do contato com estas questões, poderia haver uma postura diferenciada do fonoaudiólogo, na clínica, mostrando à criança a norma padrão da língua, bem como suas variações, levando-a a conhecer e refletir sobre diferentes formas que poderão ser utilizadas em sua escrita. Ou seja, levando-a a refletir sobre as diversas formas possíveis de uso da língua.

Em paralelo, como visto anteriormente, é preciso que erro ortográfico seja entendido como parte do processo de aquisição da escrita pela criança e não como manifestações patológicas de possíveis distúrbios na linguagem escrita.

Portanto, uma mudança do olhar sobre a escrita, sobre a língua e suas variações e sobre os erros seria o primeiro passo para uma mudança na conduta do fonoaudiólogo e demais profissionais ligados a esta área. Além disso, a criança deixaria de ser classificada como portadora de um distúrbio na linguagem escrita, de forma generalista, para ser entendida como um aprendiz da escrita que está inserido em um meio sócio-cultural e econômico, muitas vezes, distintos dos demais, ou seja, usuária de uma forma lingüística diferente da norma padrão.

Diante de uma concepção mais ampla sobre a língua, entendendo sua possibilidade de variações como relacionada diretamente aos usos que os falantes fazem dela, o fonoaudiólogo terá mais subsídios para saber lidar com estas variedades nas produções escritas, na clínica fonoaudiológica, entendendo que respeitar estas manifestações lingüísticas é, antes de tudo, respeitar as peculiaridades de cada sujeito.

A partir da ampliação destes conhecimentos, o fonoaudiólogo, assim como outros profissionais que lidam com a escrita, poderia, diante da presença

de variedades na escrita, mostrar à criança a norma padrão e justificar historicamente as variedades da língua, trabalhando, também, a noção do gênero textual e das condições de produção de um texto, que determinam o monitoramento estilístico a ser utilizado. Desta forma, a criança poderia formar uma visão crítica sobre os aspectos que envolvem a língua e suas variações.

Assim, este trabalho buscou levantar contribuições que possibilitem um novo olhar acerca das variações lingüísticas na escrita, tendo como meta unir os conhecimentos da Fonoaudiologia com os da Lingüística, no intuito de possibilitar aos fonoaudiólogos uma visão mais ampla acerca da língua e sua possibilidade de variações, contribuindo, conseqüentemente, para o reconhecimento e o respeito de que uma língua apresenta variedades, dando importância à linguagem, à cultura e à identidade das crianças, pois as diferenças lingüísticas não representam erros, mas sim peculiaridades.

Por fim, é importante enfatizar a importância da realização de outros estudos envolvendo esta temática, visto que este apresentou uma pequena amostra da realidade da prática clínica fonoaudiológica diante das variações lingüísticas na escrita. Discussões desta ordem serão sempre importantes para o crescimento e enriquecimento da Fonoaudiologia, principalmente se oferecerem maiores subsídios para a prática clínica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J.A. **Redação escolar: aspectos cognitivos de um gênero textual peculiar.** [Acesso em 07 maio 2008]. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/60.pdf>

ANDRADE, L. **Produções desviantes de escrita e clínica de linguagem.** Texto a ser publicado no livro Desafios da Língua. No prelo. (trabalho apresentado anteriormente no 7º ENAL – publicado nos ANAIS em meio digital). 2007.

BAGNO, M. **A língua de eulália: novela sociolingüística.** 15 ed. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** 43 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006b.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 261-9.

BARCELLOS, C.A.P.; FREIRE, R.M. Assessoria fonoaudiológica na escola: sob o efeito da escrita e sua aquisição. **Revista Distúrbios da Comunicação**, 2005; 17(3): 373-83.

BERBERIAN, A.P. Princípios norteadores da avaliação clínica fonoaudiológica de crianças consideradas portadoras de distúrbios de leitura e escrita. *In*: BERBERIAN, A.P.; MASSI, G.A.; GUARINELLO, A.C. (orgs.). **Linguagem escrita: referenciais para a clínica fonoaudiológica**. São Paulo: Plexus, 2003. p. 11-38.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Nós chegemu na escola, e agora?: sociolingüística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CAGLIARI, L.C. **Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

CALADO, L.C. **Variações lingüísticas no contexto de escolas públicas: Fatores intervenientes**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2004. 108f.

CARVALHO, C. **Para Compreender Saussure: Fundamentos e Visão Crítica**. 8 ed. rev. e ampl. com exercícios e um estudo sobre as escolas estruturalistas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FARACO, C.A. **Lingüística histórica**. São Paulo: Ática, 1991.

FIGUEIRA, R.A. A criança na língua. Erros de gênero como marcas de subjetivação. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 2005; 47(1) e (2):29-47.

FREIRE, R.M. A metáfora da dislexia. *In*: LOPES FILHO, O. (org.). **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 1997. p. 925-37.

GARVIN, P. A Escola Fonológica de Praga. *In*: HILL, A. (org.). **Aspectos da Lingüística Moderna**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 236-45.

GIROTO, C.R.M.; OMOTE, S. O trabalho em grupo e a atuação fonoaudiológica com a linguagem escrita em escolas. *In*: SANTANA, A.P.; BERBERIAN, A.P.; GUARINELLO, A.C.; MASSI, G. **Abordagens grupais em fonoaudiologia: contextos e aplicações**. São Paulo: Plexus, 2007. p. 80-104.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GUIMARÃES, S.R.K. Influência da variação lingüística e da consciência morfossintática no desempenho em leitura e escrita. **Revista Interação em Psicologia**, 2005; 9(2):261-71.

GUSSO, A.M. Clareando os horizontes: o percurso do aprendiz da escrita. *In:* BERBERIAN, A.P.; MASSI, G.A.; GUARINELLO, A.C. (orgs.). **Linguagem escrita: referenciais para a clínica fonoaudiológica**. São Paulo: Plexus, 2003. p. 162-85.

HORA, D. Teoria da variação: Trajetória de uma proposta. *In:* HORA, D. (org.). **Estudos sociolingüísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa, 2004. p. 13-28.

KRISTENSEN, C.R.; FREIRE, R.M. Interpretação da escrita infantil: a questão da autoria. **Revista Distúrbios da Comunicação**, 2001; 13(1):19-47.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MACHADO, M.L.C.A.; BERBERIAN, A.P.; MASSI, G. A terapêutica grupal na clínica fonoaudiológica voltada à linguagem escrita. *In:* SANTANA, A.P.; BERBERIAN, A.P.; GUARINELLO, A.C.; MASSI, G. **Abordagens grupais em fonoaudiologia: contextos e aplicações**. São Paulo: Plexus, 2007. p. 58-79.

MARCUSCHI, L.A. **Por uma proposta para a classificação dos gêneros textuais**. Versão provisória. Mimeo, 1998.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.N.; BEZERRA, M.A. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCUSCHI, L.A.; DIONÍSIO, A.P. Princípios gerais para o tratamento das relações entre a fala e a escrita. *In*: MARCUSCHI, L.A.; DIONÍSIO, A.P. (orgs.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 13-30.

MASSI, G.A. Dislexia ou processo de aquisição da escrita? **Revista Distúrbios da Comunicação**, 2004; 16(3):355-69.

MASSI, G.A.; BERBERIAN, A.P.; GUARINELLO, A.C.; BORTOLOZZI, K.B.; PELLANDA, A. Enfoques acerca da aquisição da escrita: distúrbios ou hipóteses? *In*: BERBERIAN, A.P.; MASSI, G.A.; GUARINELLO, A.C. (orgs.). **Linguagem escrita: referenciais para a clínica fonoaudiológica**. São Paulo: Plexus, 2003. p. 39-59.

MASINI, M.L.H. A escrita na clínica fonoaudiológica. **Revista Distúrbios da Comunicação**, 1999; 10(2):193-204.

MORAIS, A.G. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 1998.

MORI-DE ANGELIS, C.C.; DAUDEN, A.T.B. Leitura e escrita: uma questão para fonoaudiólogos? *In*: MORI-DE ANGELIS, C.C.; DAUDEN, A.T.B. **Linguagem escrita: tendências e reflexões sobre o trabalho fonoaudiológico**. São Paulo: Pancast Editora, 2004. p. 37-63.

MOUNIS, G. **A Lingüística do Século XX**. Brasil: Livraria Martins Fontes, 1972. p. 200-37.

PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

PERROTTA, C.; MASINI, L; MÄRTZ, M.L.W. O trabalho terapêutico fonoaudiológico com a linguagem escrita: considerações sobre a visitação a gêneros discursivos. **Revista Distúrbios da Comunicação**, 2004; 16(2):181-93.

PERROTTA, C. Breve estudo de caso: uma abordagem da escrita na terapia fonoaudiológica. **Revista Distúrbios da Comunicação**, 2002; 14(1):91-102.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: ALB/Mercado de letras, 1996.

_____. Sobre a natureza dos erros, especialmente os de grafia. *In*: LODI, A.C.B.; HARRISON, K.M.P.; CAMPOS, S.R.L. (orgs.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 27-46.

PRETI, D. **Sociolingüística: os níveis de fala – um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira**. 6 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

RAMOS, A.P.F. A interface entre oralidade e escrita: reflexões fonoaudiológicas. *In*: BERBERIAN, A.P.; MASSI, G.A.; GUARINELLO, A.C. (orgs.). **Linguagem escrita: referenciais para a clínica fonoaudiológica**. São Paulo: Plexus, 2003. p. 61-73.

REGO, L.L.B. O aprendizado da norma ortográfica. *In*: SILVA, A.; MORAIS, A.G.; MELO, K.L.R. (orgs.). **Ortografia na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 29-44.

ROBINS, R.H. **Pequena História da Lingüística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SANTOS, M.T.M.; NAVAS, A.L.G.P. Distúrbios de leitura e escrita. *In*: SANTOS, M.T.M.; NAVAS, A.L.G.P. (orgs.). **Distúrbios de leitura e escrita – teoria e prática**. São Paulo: Manole, 2004. p. 27-74.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

SMOLKA, A.L.B. **A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo**. 9 ed. Campinas: Cortez, 2000.

VOGELEY, A.C.E. **Variações lingüísticas X desvios fonológicos.**
Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade Católica de
Pernambuco. Recife, 2006. 104f.

ZORZI, J.L. **Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico.**
Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

_____. Prefácio. *In*: CIDRIM, L.; AGUIAR, M.; MADEIRO, F. **Escrevendo
como se fala: compreendendo a influência da oralidade sobre a escrita
para ensinar melhor.** São Paulo: Pulso, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP
Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004



Recife, 14 de maio de 2007

PARECER Nº 045/2007 – CEP UNICAP

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião do dia 11 de maio de 2007, considerou APROVADO, o Projeto de Pesquisa registrado com o CAAE-0037.0.096.000-07 (CEP-052/2007), intitulado:

“AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NA ESCRITA SOB O OLHAR DA CLÍNICA FONOAUDIOLÓGICA”, que tem, como pesquisadora principal:

Profa. Dra. Marígia Ana de Moura Aguiar (FONOAUDIOLOGIA)

RESUMO DO PARECER

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuremberg para experimentação humana.

O Relatório Final deverá ser entregue em fevereiro / 2008, conforme cronograma apresentado no Projeto de Pesquisa aprovado.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar o CEP UNICAP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos

*Pró-reitor Acadêmico - PRAC
Universidade Católica de Pernambuco*

Profa. Dra. Arminda Saconi Messias
*Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
Coordenadora Geral de Pesquisa
Universidade Católica de Pernambuco*

SAS 3375.4-0
14/05/2007 17:52:56

ANEXO 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada Sr(a):

Esta pesquisa intitulada "As variações lingüísticas na escrita sob o olhar da clínica fonoaudiológica" tem como objetivo investigar o tratamento dado pelos fonoaudiólogos às variações lingüísticas numa produção escrita de uma criança.

Para a sua realização será aplicado, inicialmente, um questionário aos fonoaudiólogos, de forma oral, com perguntas objetivas e subjetivas sobre o conhecimento teórico das variações lingüísticas. Em seguida, será dada uma produção escrita de uma criança para que vocês, fonoaudiólogos, possam fazer sua análise geral do texto, colocando suas considerações acerca deste material verbalmente e por escrito. Ao final destas duas etapas, a pesquisadora esclarecerá as suas dúvidas sobre este tema que possam surgir durante a execução das etapas anteriores.

A aplicação deste questionário aos participantes pode gerar desconforto; assim, será solicitado aos fonoaudiólogos que comuniquem qualquer mal estar, sendo possível que a resposta às perguntas seja interrompida a qualquer momento. Pode, também, ocorrer a quebra de sigilo das informações colhidas com exposição de dados dos participantes; entretanto os pesquisadores garantem o máximo de confidencialidade destas informações.

Quanto aos benefícios, os fonoaudiólogos participantes do estudo que demonstrarem pouco conhecimento sobre as variações lingüísticas serão esclarecidos pela pesquisadora. A investigação de como os fonoaudiólogos lidam com as variações lingüísticas na clínica fonoaudiológica permitirá que seja apontada a melhor forma de lidar com estas variedades na clínica fonoaudiológica, permitindo que a linguagem (identidade / cultura) das crianças seja respeitada como singular.

Os participantes não gastarão dinheiro para a participação da pesquisa em nenhum momento desse estudo e nem receberão nenhum tipo de pagamento para isto. As pesquisadoras utilizarão os dados coletados apenas para esta pesquisa e os resultados serão apresentados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos. Por questões éticas, não será possível, em hipótese alguma, sua identificação, sendo apenas do conhecimento do pesquisador, que nada revelará. Quando terminar a pesquisa todos os dados serão incinerados.

O (A) sr. (sra.) poderá tirar suas dúvidas ou até mesmo desistir de participar em qualquer etapa da pesquisa, mesmo após ter assinado o termo de consentimento livre e esclarecido.

Declaro ter sido informado (a), verbalmente e por escrito, sobre a pesquisa acima citada e autorizo espontaneamente a utilização das minhas respostas na pesquisa, uma vez que foi garantido o meu anonimato.

Assinatura do (a) participante

Data: ____ / ____ / ____.

Nome:
Endereço:
Fone:

RG.:

Pesquisadora Responsável

Contato da Pesquisadora:

Michelle Carolina Garcia da Rocha

Rua Maria Digna Gameiro, 8178 – Candeias – Jaboatão dos Guararapes / PE

Fone: (81) 9284-8904

ANEXO 3

Questionário

Dados Gerais:

Nome: _____

Sexo: F () M ()

Ano de formação na graduação: _____

Nível de instrução: _____

Já cursou alguma pós-graduação na área de linguagem / lingüística? S () N ()

Há quanto tempo? _____

Em que nível: _____

Questões específicas:

1) Qual a concepção de língua que você usa na prática terapêutica?

2) Você já ouviu falar sobre as variações lingüísticas? S () N ()

Em que consiste, para você, uma variação lingüística?

3) Você acha que existe alguma diferença entre os termos “variações lingüísticas”, “desvios” e “erros”? Qual(is) e por que ?

4) Qual o tratamento que você, fonoaudiólogo(a), daria a uma variação lingüística se ela aparecesse numa produção escrita de um paciente em acompanhamento fonoaudiológico em seu consultório?

ANEXO 4

— Tema Morte

20/10/06

Uma pessoa importante da minha família que morreu foi o meu maninho Eduardo que com 4 aninhos de idade, eu tinha 10 e 6, eu sinto muita falta dele mesmo ainda na época eu sendo criança, me lembro de tudo como fosse hoje.

PORQUE ELE MORREU?

Tudo começou na madrugada do mês de fevereiro, o meu irmão teve uma enorme dor de cabeça, aí a minha mãe resolveu levar ele para o hospital Frei Damiano que se encontra no Jacintinho, chegando lá os médicos internaram ele, e deram-lhe soro, sem fazer exame nenhum, os dias foi se passando e o meu irmão ia piorando até chegar um tempo ele teve que ir na emergência, porque ele teria tomado muito soro.

Chegando no Ponto Seguro, imediatamente os médicos foram fazer o exame, que no Frei Damiano não fizeram, aí logo descobriram que era a famosa diabetes e ele já estava na beira da morte, os médicos chamaram minha mãe e disseram que ele podia sobreviver mais ficaria surdo, mudo e olegado teria que andar na cadeira de roda.

mas a minha mãe disse a Deus:
Senhor se for para o meu filho ficar
desse jeito e melhor o senhor leva-lo.
Deus ouviu a minha mãe e levou o meu
irmão e foi por causa disso que ele morreu.

COMO FOI O ENTERRAMENTO?

O enterro foi muito triste, quando eu
fiquei sabendo fui no maior desespero
pra Tripiena ai tinha muita gente no
velório do meu irmão, quando cheguei
lá, não quis nem vê o meu irmão, meu
pai me deu dinheiro e disse, meu amor
não chore seu irmãozinho morreu mas
papai tá aqui pra cuidar de você.

No outro dia que foi o enterro assim
que eu cheguei meus primos vieram
logo me abraçar e me chamar para
ver o meu irmão pela última vez mais
eu disse que não queria, ai o meu
pai chegou e me chamou, eu fui
chegando aonde estava o caixão meu
pai me botou no braço, tirou a tampa
que tava cobrindo o rosto dele e
deu um beijo na testa dele e eu
olizei o rosto dele pela última vez
no enterro eu chorei muito era uma
grande dor que nós távamos sentindo
eu não queria que enterrassem meu
irmão fique guardado no caixão
o tempo todo, meu pai me puxou
até que eu deixei, quando chegamos

em casa eu e minha mãe
ficamos um mês de lama por causa
do falecimento do meu querido irmão
eu nunca vou esquecer dos dias em
que ele chamava-me de haram.
Até hoje eu me lembro de tudo
e nunca vou esquecer.

F i M

essa história é verdadeira

ANEXO 5

QUADRO 1 - Perfil dos Fonoaudiólogos

Participante	Sexo	Formação Acadêmica		
		Ano de conclusão da graduação	Pós-graduação na área de linguagem ou linguística	Ano de conclusão da pós-graduação
F01	F	2005	Mestrado (em curso)	Cursando desde 2007
F02	F	2004	Especialização	2006
F03	F	1985	-----	-----
F04	M	1982	-----	-----
F05	F	1982	Especialização	1985
			Mestrado	2006
F06	F	2001	-----	-----
F07	F	2000	Especialização	2005
F08	F	2003	Mestrado	2006
			Doutorado (em curso)	Cursando desde 2007
F09	F	1997	Mestrado	2002
F10	F	1995	Mestrado	2000
			Doutorado	2006
F11	F	1986	Mestrado	1997
F12	F	1978	Especialização	1984
			Mestrado	2000
F13	F	1985	Especialização	1984
F14	F	1987	Especialização	2004
F15	F	2002	Especialização	2004
F16	F	2003	Mestrado	2006
F17	F	1990	Doutorado	2006
F18	F	2002	Mestrado	2006
			Doutorado (em curso)	Cursando desde 2007

ANEXO 6

QUADRO 2 - Respostas do Questionário

Participante	Conceito de língua	Conceito de variações lingüísticas	Diferença entre variações lingüísticas, desvios e erros	Tratamento da variação na escrita na clínica fonoaudiológica
F01	“(…) é a expressão do pensamento (…), assim como a linguagem.”	“(…) a gente pode caracterizar como os diferentes dialetos dos povos, das diferentes classes sociais, idades, escolaridade (…), e de grupos sociais distintos.”	<p>- Variações lingüísticas → “(…) as variações são bem caracterizadas, como falei antes (..). A variação vai ser uma característica daquele indivíduo por ele estar inserido no ambiente X”</p> <p>- Desvios e erros → “(…) eu acho que, talvez, se aproximam mais os desvios e os erros (…). A gente consegue identificar, numa avaliação fonoaudiológica, a causa (…), daquele desvio ou daquele erro (…). Muitas vezes isto está aliado a uma questão psicológica ou emocional (…).”</p>	“(…) no caso de uma criança pequena, recém-alfabetizada, eu acho que é tempo de mexer na raiz do problema, de mostrar para ela o certo (…). Esquecer aquela variação na escrita. Mas no caso de uma criança maior, acho que a gente pode pensar na conscientização, e sempre mostrando o certo em seguida (…). Conscientização de que aquela variação que ele tem na fala não seria gramaticalmente correta (…), na escrita.”
F02	“(…) seria o instrumento que a pessoa utiliza para se comunicar com determinado grupo	“(…) seria, talvez, (…), a forma como a língua se apresenta (…). Você pode expressar ela ora de forma escrita, ora de	<p>- Variações lingüísticas → “(…) a variação lingüística depende do ambiente que você está (…), em determinado Estado, em determinada cultura e vai variar</p>	“(…) primeiro me preocupo sempre em conhecer o histórico, porque se você for pegar o fato pelo que ele é, pode pecar, né, em você

	(...), que pode ser oral, escrita ou gestual (...).”	forma oral, ora de forma gestual (...).”	de acordo com o contexto (...).” - Desvios → “(...) desvio já é uma questão mais patológica (...). É um erro que vem de alguma coisa anterior (...).” - Erros → “(...) um erro seria uma coisa que é normal. Todo mundo erra! (...).”	interpretar aquilo e não saber de fato qual é a interpretação da criança ou do adolescente sobre aquela forma de se expressar (...).”
F03	“Forma de expressão de idéias e pensamentos, podendo ser de forma oral ou escrita. Transmite as idéias culturais e ambientais do indivíduo.”	“Não ouvi falar.”	“Acho que tem diferenças, mas não sei quais.”	“Não sei.”
F04	“(…) seria o aspecto primeiro mais físico, mais articulatorio, mais formal da expressividade.”	“Com essa terminologia especificamente não. Talvez seja algo que eu conheça, mas com outra terminologia. (...) Dá a entender como sendo, talvez, algumas variações que possam ocorrer a nível desta produção da língua. (...) é como se não existisse um padrão único, uma	- Variações lingüísticas → “(...) eu compreendo (...) por uma concepção meramente lógica, sem nenhum aprofundamento teórico a respeito, como (...) rótulo (...) que liga às questões também de ordem culturais, (...) sociais, onde esse sujeito esteja inserido .” - Desvios → “(...) com o avanço da Lingüística como da própria pedagogia (...) houve uma	“(…) Se a gente levar em consideração essa (...) variação, a gente vai dar mais ênfase nessas falhas de construção proveniente de um meio, de um contexto em que ele esteja inserido. (...) Essas falhas (...) não recebem o significado de falhas, (...) é a produção da escrita do próprio contexto em que ele está inserido.

		forma única (...).”	reflexão sobre determinadas falhas no processo de construção que levava ao erro. E aí o erro passou a ser visto (...), aí vem as novas nomenclaturas, como um desvio. (...) O desvio se enquadraria na concepção de um erro entre aspas, (...) relacionado com o processo de crescimento da criança.” - Erros → “(...) esses erros vêm muito de uma questão pedagógica do ensino da língua. (...).”	(...) Se a criança tem alterações na sua escrita, ou falhas, ou erros ortográficos (...) e sendo proveniente do seu meio, pode ser considerado uma normalidade naquela construção. (...) Dentro do consultório, isso vai depender muito do contexto social aonde esse consultório esteja inserido. (...) Eu acho que a gente deveria dar condições para essa criança lidar melhor com essas diferenças sociais (...).”
F05	“(...) a língua seria esse meio que a gente tem para estabelecer comunicação (...).”	“(...) são as alterações dependendo do regionalismo, de onde vem cada um (...).”	“Não, eu não acho não. Pelo menos eu não trabalho com isso, eu tento simplificar o máximo (...). Eu não acho que cada um tenha uma diferença para o outro não (...).”	“(...) A gente entra trabalhando essas troquinhas (...). Você trabalha a questão de ajudar a criança, que é a conscientização do som (...).”
F06	“(...) é tudo aquilo que está relacionado diretamente à interação (...). Seria a	“(...) Na verdade eu acho que não é que eu não ouvi falar, eu acho que eu não me	- Desvios → “(...) o desvio não está necessariamente relacionado à questão gramatical, de alteração de linguagem, mas alguma coisa	“(...) eu acho que isso deveria ser amadurecido se realmente seria uma questão sistemática ou

	condição de interação entre o paciente e o terapeuta.”	aprofundei ao ponto de realmente ter um interesse maior nesse sentido.”	que no meio do caminho não deu tão certo (...). Muito provavelmente alguma coisa da linguagem oral que foi transposta para a linguagem escrita (...). É quando você, inocentemente, está fazendo alguma coisa errada, mas tem toda condição de chegar ao acerto.” - Erros → “(...) eu acho que o erro está relacionado à questão de formação gramatical (...), de aquisição de linguagem e de falhas nesse sentido (...). É quando você aprendeu mal e errou (...).”	assistemática e eu acho que precisa procurar investigar o que é que está por trás disso, se existe, em algum momento, relação com a linguagem oral para que isso se reflita na linguagem escrita (...).”
F07	“Língua eu entendo mais como um código.”	“A variação lingüística está mais ligada à questão sócio-econômica (...). A variação acontece de acordo com o nível sócio-econômico de cada pessoa na sociedade.”	- Variações lingüísticas → “(...) eu acho que existe mais diferença entre variações e erros. (...) uma pessoa que tem uma variação lingüística determinada pela sua classe sócio-econômica não está cometendo um erro.” - Desvios → “(...) eu acho que desvio seria o mesmo que variação.” - Erros → “(...) o erro seria mais do tipo ortográfico, uma coisa mais da escola e não	“(...) Eu acho que teria que analisar direitinho, ver que tipo de variação é essa, em que realidade esse paciente está inserido, para que pudesse intervir de uma forma melhor, ou não intervir. (...) Será que essa variação é tão grave assim que interfere tanto na produção escrita dele? Eu acho que primeiro eu ia levar isso em conta para

			fonoaudiológica. (...).”	depois atuar ou não. (...).”
F08	<p>“A concepção de língua que uso na minha prática terapêutica é língua por enunciação, numa proposta de considerar a variedade lingüística, tentando eliminar o preconceito lingüístico (...) bem diferente da concepção de língua inicial enquanto sistema lingüístico, que presta mais atenção à gramática, como a gente aprendeu na escola (...).”</p>	<p>“(...) eu posso tentar explicar como se fosse uma roupagem que a gente veste de acordo com as condições de produção, com o meio em que estamos inseridos (...). Se eu vou para uma festa, falo de uma determinada forma; se eu vou dar uma palestra em Fonoaudiologia, uso uma forma diferente (...).”</p>	<p>- Variações lingüísticas → “(...) é o que eu já falei antes(...).” - Erros → “(...) erro eu não considero, eu considero uma variação, pois para mim não existe erro quando a gente não quer enfatizar o preconceito lingüístico. Então, não vejo como erro, vejo como uma variedade (...).”</p>	<p>“(...) na clínica, quando a variedade lingüística é apresentada, você pode tratar como um professor vai tratar na escola. (...) Se eu for trabalhar na clínica o gênero carta e ele está escrevendo com muitas gírias, por exemplo, se não está adequado para a situação nem para a pessoa que ele quer enviar, (...) eu vou justificar para ele que em determinadas situações ele vai precisar escrever numa linguagem mais formal (...).”</p>
F09	<p>“(...) é um código lingüístico que vai ser estabelecido numa determinada sociedade.”</p>	<p>“(...) eu poderia falar das variações que existem, tanto questões culturais, regionais, educacionais (...).”</p>	<p>- Variações lingüísticas → “(...) seriam variações, formas diversificadas que estão se apresentando (...).” - Desvios → “(...) o desvio seria, de repente, uma pessoa que ainda (...) não se apropriou</p>	<p>“(...) eu ia levar em consideração a idade desse paciente. Se fosse um paciente adolescente ou adulto que tivesse apresentando essas variações e tivesse a</p>

			<p>daquela língua e, por conta disso, apresenta alguns desvios. Isso vai de acordo com a idade da criança (...).”</p> <p>- Erros → “(...) os erros seriam aquelas crianças que não deveriam mais apresentar esses desvios e, por algum motivo, que deveria ser avaliado, ela continua errando.”</p>	<p>questão da consciência, eu ia começar a mostrar para ele que existem determinados termos que são aceitos na linguagem oral, mas não na escrita, que é mais formal (...).”</p>
F10	<p>“(...) ela não é abstrata, não é estática, ela é dinâmica (...). Não é neutra e tem influências de várias questões sócio-culturais (...).”</p>	<p>“(...) são formas discursivas que os indivíduos utilizam e que têm influência do seu cotidiano (...).”</p>	<p>- Variações lingüísticas → “(...) você pode falar ‘pobrema’, que é uma variação lingüística, porque você vive naquele meio e, conseqüentemente, isso faz com que você fale dessa forma (...).”</p> <p>- Desvios → “(...) a gente precisa diferenciar o que é desvio do que é variação para não colocar tudo como desvio e patologizar tudo (...).”</p> <p>- Erros → “(...) erro eu não usaria em nenhuma ocasião (...).”</p>	<p>“(...) Eu acho que o tratamento para a variação lingüística é você não considerar um erro, vendo aquilo como uma forma de escrever que faz parte desse dia-a-dia dessa pessoa (...). De uma forma bastante sutil, a gente pode estar intervindo e mostrando para aquela pessoa o que a língua padrão trata como correto (...) e que isso é necessário no mundo letrado (...).”</p>
F11	<p>“(...) é um sistema arbitrário, estruturado (...) que vai ter muitas</p>	<p>“(...) que eu me lembre, a gente define muito as variações regionais, de</p>	<p>- Variações lingüísticas → “(...) a gente vai caracterizar dentro daquele grupo sócio-cultural que</p>	<p>“(...) aí eu vejo se isso está comprometendo a escrita ou não, porque na escrita</p>

	variações orais (...).”	classes sociais, dentro da língua portuguesa (...). O importante é a gente saber que temos uma referência, que é a língua que normatiza (...).”	ele está inserido (...).” - Desvios → “(...) a gente utiliza quando está vendo alguma questão patológica envolvida (...), tentando buscar a origem do problema.” - Erros → “(...) erros a gente tenta muito abolir (...) porque ele é um processo de aquisição (...).”	existe uma norma, uma exigência ortográfica maior (...). A orientação (...) é que o indivíduo tome consciência da sua língua e que ele possa compreender sua sistematização enquanto língua, norma padrão culta, e que ele saiba que essa língua ele vai usar em diversas situações (...).”
F12	“Língua como historicamente constituída e um sujeito também constituído na/pela linguagem na interação com o outro sócio-historicamente.”	“As variações que acontecem na linguagem em funcionamento e que terminam transformando a língua. Podem ser influenciadas por fatores econômicos, geográficos, sociais, entre outros.”	- Variações lingüísticas → “(...) existem sempre em qualquer língua e fazem parte do percurso de uma língua (...).” - Desvios → “(...) seria o que foge de um contexto determinado (...).” - Erros → “(...) os ‘erros’ entre aspas seriam o que causaria estranhamento no outro, no ouvinte (...).”	“No consultório, a escrita não aparece desvinculada de sua história nos aspectos social, ideológico (...). Ao me deparar com as variações lingüísticas, considero todos os contextos envolvidos e, principalmente, o sujeito que escreve. Isto, obviamente, não invalida de eu levá-lo a perceber as diferentes formas de escrita, considerando o objetivo de quem escreve e para quem escreve.”

F13	“(…) são signos que representam, que verbalizam a comunicação dos povos.”	“Já ouvi falar, mas agora não me lembro (…).”	<p>- Variações lingüísticas → “(…) isto deve ter a ver com os regionalismos, com a cultura (…).”</p> <p>- Desvios → “(…) os desvios seriam os fonético e fonológico (…).”</p> <p>- Erros → “(…) os erros seriam uma deturpação.”</p>	“Eu trabalharia esta variação lingüística, independente de qual fosse (…). Ou não, está errado isso, porque eu acabei de dizer que a variação lingüística faz parte de um contexto de linguagem. Se o paciente apresenta, eu tenho que respeitar (…). Eu respeitaria essa variação lingüística e deixaria do jeito que ele tivesse (…).”
F14	“(…) Eu não sei responder isto não porque para mim tudo é linguagem (…).”	“(…) eu não penso nessas coisas teóricas (…) não saberia falar sobre isso (…).”	“(…) Não vejo diferença (…) não penso em nomenclaturas (…).”	“Não sei o que são as variações lingüísticas (…). Eu faço outro tipo de trabalho com a escrita.”
F15	“(…) é um código.”	“(…) Na minha cabeça, que é muito pouco, que num lugar fala de um jeito e no outro fala de outro.”	<p>- Variações lingüísticas → “(…) é a forma daquela comunidade falar (…).”</p> <p>- Desvios e Erros → “(…) é aquela variação que não é um erro, que não é uma alteração (…). Não sei, desvio e erro está muito complicado (…).”</p>	“Talvez eu mostrasse para ele a forma correta da escrita daquela palavra e que a escrita é um código único e que não permite essa variação não.”
F16	“(…) língua enquanto sistema, estrutura e	“(…) relaciona-se com as diferenças na língua	- Variações lingüísticas → “(…) reflete diferenças na língua, que	“Acredito que pensar em tratamento diante de um

	<p>movimento (...). funciona como um sistema dinâmico, portanto, passível de modificações.”</p>	<p>(oral e escrita (...). Pode ser influenciada pela região em que o indivíduo vive, por fatores socioculturais, grau de escolaridade, classe social, pelo uso da linguagem (formal ou informal).”</p>	<p>são naturais(...) e não podem ser consideradas como erro ou desvio e sim como uma marca singular de uma comunidade/falante (...).”</p> <p>- Desvios → “(...) é um termo bastante utilizado na clínica fonoaudiológica para se referir aos fenômenos lingüísticos (substituições, omissões, etc), seja na fala ou escrita, em que é necessária uma intervenção (...).”</p> <p>- Erros → “(...) definir ‘erros’ não é fácil, depende do seu olhar, (...) de que lugar você fala. (...) Considerando a norma padrão, vejo o ‘erro’ na escrita como uma ‘falha’, ou mesmo um desvio da norma padrão (...). Na perspectiva lingüística de De Lemos (...), os erros produzidos (...) são constitutivos e estruturantes da trajetória lingüística infantil. Erros considerados patológicos seriam onde se encaixam os desvios (...).”</p>	<p>caso de variação lingüística é negar a identidade cultural do paciente, seria estigmatizar e transformar a variação em desvio, como algo patológico que necessita de intervenção (...). Como fonoaudióloga, acredito ser muito importante situar e compreender a história sócio-cultural do paciente para melhor entender os fenômenos lingüísticos presentes na sua linguagem (...). Isso irá facilitar as conclusões diagnósticas (desvio ou variação lingüística) e as condutas terapêuticas (...). Acredito que seria interessante e importante orientar a escola que, muitas vezes, desconhece a variação lingüística (...).”</p>
F17	<p>“(...) é aquilo que o indivíduo tem, que é adquirido culturalmente,</p>	<p>“(...) o indivíduo tem uma língua, mas ele (...) pode expressar essa língua de forma variada</p>	<p>- Variações lingüísticas → “(...) é o resultado da cultura, do meio social (...) que a criança convive (...). Não pode ser confundido</p>	<p>“Eu acho que ia dar o modelo oral e o modelo visual do que é chamado correto na Língua</p>

	socialmente, nas interações com o outro (...). É um veículo de comunicação (...)."	(...)."	com o erro e o desvio (...)." - Desvios → "(...) é alguma coisa que você precisa só ajustar (...)." - Erros → "(...) é uma alteração de fato, na forma (...)."	Portuguesa, mas, dependendo do meu conhecimento sobre o meio dessa criança, eu ia respeitar que aquela variação lingüística fosse se modificando pela criança mesmo, pelo contato que ela tem com outras experiências lingüísticas (...)."
F18	"Língua como ação. Mais como ação do que como instrumento, mais do que como ferramenta, mais do que como interação mesmo."	"(...) seriam diversas formas de manifestação da língua, que variam de acordo com a comunidade do membro falante (...). É de natureza lingüística (...). É a língua a mercê do falante."	- Variações lingüísticas → "(...) seriam todas aquelas variedades que são possíveis na língua, mas que não são registradas como padrão na língua (...)." - Desvios → "(...) os desvios já fogem da linha padrão, mas, por outro lado, não é nenhuma variedade que tem registro (...) no português (...). Seria de natureza de aquisição (...)." - Erros → "(...) seria exatamente do ponto de vista gramatical, mas do ponto de vista lingüístico ele não existe."	"(...) Depende. Se fosse (...) uma questão de aquisição (...) e aparecesse nesta escrita determinados aspectos relacionados à variação e não ortográficos, estritamente fonológicos (...), eu daria um tratamento diferente, porque o que é cultural a gente conversa e mostra que existe um padrão e existem variedades (...) que são usadas em alguns contextos (...). Se fosse uma demanda do paciente, por exemplo, (...) que quisesse melhorar a escrita por uma questão de

				<p>mercado de trabalho, aí sim a gente poderia dar alguma intervenção, mas não uma intervenção de mesmo caráter daquela que não seria uma variação (...). Eu ia mostrar que na escrita existe um outro rigor que não na oralidade (...). É muito difícil você querer exigir que uma pessoa escreva no padrão quando, na verdade, na oralidade ela tem uma variedade. É uma questão mais política do que terapêutica.”</p>
--	--	--	--	---

ANEXO 7

QUADRO 3 - Análise do Texto

Participante	Forma			Conteúdo do Texto
	Erros	Variedades	Ocorrência	
F01	hojé	-----	“(...) me lembro de tudo como fosse hojé (...)”	<p>“(...) ela introduz do começo quando ela fala quem era o irmão, quando aconteceu a fatalidade e depois ela começa a contar desde quando ele passou mal até (...) o momento depois do falecimento e que ela ficou em casa com a mãe passando mal e o pai apoiando. Ela organiza bem.”</p> <p>(Estes comentários foram realizados após questionamento da pesquisadora quanto a este item).</p>
	-----	madrugá	“(...) tudo começou na madrugada do mês (...)”	
	medicos	-----	“(...) chegando lá os medicos (...)”	
	-----	ensame	“(...) sem fazer ensame nenhum (...)”	
	-----	os dias foi se passando	“(...) os dias foi se passando e o meu irmão ia piorando (...)”	
	-----	isame	“(...) os médicos foram fazer o isame (...)”	
	-----	alejado	“(...) ficaria surdo, mudo e alejado (...)”	
	-----	cadeira de roda	“(...) teria que andar na cadeira de roda (...)”	
	leva-lo	-----	“(...) para o meu filho ficar desse jeito e melhor o senhor leva-lo (...)”	
	-----	cachão	“(...) eu fui chegando aonde estava o cachão (...)”	
ultima	-----	“(...) o rosto dele pela ultima vez (...)”		
F02	-----	madrugá	“(...) tudo começou na madrugada do mês (...)”	<p>“(...) no início há um quebra na questão da idéia que ela estava desenvolvendo. (...) Esta é uma forma bem particular dela de escrever, fazendo perguntas e ela mesma respondendo, como se ela tivesse se</p>
	feverreiro	-----	“(...) do mês de fevereiro (...)”	
	seencontra	-----	“(...) que seencontra no jacintinho (...)”	
	enternaram	-----	“(...) os medicos enternaram ele (...)”	

	ensame	-----	“(...) sem fazer ensame nenhum (...).”	<p>reportando ao leitor realmente (...). Tem uns erros, umas trocas, que por ser escola pública termina sendo um pouco, infelizmente, corriqueiro. (...).”</p> <p>“(...) Apesar de às vezes estar um pouco quebrada a seqüência dela porque ela se preocupa com os detalhes, eu acho que ela dá uma seqüência com início, meio e fim. Eu consigo entender perfeitamente o que houve, só que a riqueza de detalhes faz a gente ficar um pouco perdido (...).”</p> <p>(Os comentários do segundo recorte foram realizados após questionamento da pesquisadora quanto a este item).</p>
	ponto socorro	-----	“(...) chegando no ponto socorro (...).”	
	isame	-----	“(...) os médicos foram fazer o isame (...).”	
	abraça	-----	“(...) meus primos vieram logo me abraça (...).”	
F03	O participante fez apenas o seguinte comentário: “Não indicaria à Fonoaudiologia. Remeteria à escola e à professora de sua sala de aula para um trabalho pedagógico.”			Quando questionado pela pesquisadora sobre a compreensão do conteúdo do texto, o participante respondeu que mesmo com vários erros de ordem pedagógica, é possível compreender a mensagem do texto.
F04	“(...) fazendo uma análise do ponto de vista lingüístico, da formalidade da língua, da escrita, a gente pode ver que tem alterações, (...) algumas letras faltando, mas isso é o mínimo dos mínimos, não vale nada diante de outras grandezas que estão aqui presentes.”			“(...) É interessante ver nessa construção do texto como ela subdividiu os itens do texto. (...) Veja que ela tem uma construção perfeita, rica em detalhes. (...) Há um desencadear lógico dos acontecimentos, uma organização das idéias por escrito. (...)”

F05	enternaram	-----	“(...) os medicos enternaram ele (...).”	“(...) aqui a gente já percebe (...) que ela não apresenta tantos erros na produção. Seria mais a questão do pensamento, na medida em que ela pensa, ela vai escrevendo (...), então é a questão da arrumação dos parágrafos (...). A dificuldade seria, assim, você tentar arrumar a história dela, com início, meio e fim (...).”
	ensame	-----	“(...) sem fazer ensame nenhum (...).”	
	isame	-----	“(...) os médicos foram fazer o isame (...).”	
	alejado	-----	“(...) ficaria surdo, mudo e alejado (...).”	
	e	-----	“(...) meu filho ficar desse jeito e melhor (...).”	
	cachão	-----	“(...) eu fui chegando aonde estava o cachão (...).”	
	que tava	-----	“(...) tirou a tenda que tava cobrindo (...).”	
F06	feverreiro	-----	“(...) do mês de feverreiro (...).”	“(...) eu to achando muito organizadinho (...). Eu tô achando impressionante esse negócio dela fazer esses questionamentos (...). Eu achei que ela teve um pensamento coerente, ela foi organizada nesse sentido (...).” “(...) estes erros e desvios pra mim não interferiram na compreensão (...). Agora, lógico, se fosse direitinho era melhor (...).” (Os comentários do segundo recorte foram realizados após questionamento da pesquisadora quanto a este item).
	Daminhão	-----	“(...) para o hospital Frei Daminhão (...).”	
	ensame	-----	“(...) sem fazer ensame nenhum (...).”	
	emegência	-----	“(...) ele teve que ir na emegência (...).”	
	-----	ponto socorro	“(...) chegando no ponto socorro (...).”	
	isame	-----	“(...) os médicos foram fazer o isame (...).”	
	mais	-----	“(...) podia sobreviver, mais ficaria surdo (...).”	
	alejado	-----	“(...) ficaria surdo, mudo e alejado (...).”	
	e	-----	“(...) meu filho ficar desse jeito e melhor (...).”	
	ve	-----	“(...) não quis nem ve o meu irmão (...).”	
	abraca	-----	“(...) meus primos vieram logo me abraça (...).”	
	aonde	-----	“(...) eu fui chegando aonde estava (...).”	
	cachão	-----	“(...) eu fui chegando aonde estava o cachão (...).”	
	tavamos	-----	“(...) que nós tavamos sentindo (...).”	

<p>F07</p>	<p>“(…) O texto está ótimo. Tem alguns problemas ortográficos, mas eu acho que não cabe ao fono intervir nestes problemas. (…) Isso é o de menos. (…)”</p>	<p>“(…) O texto está perfeito!”</p> <p>“(…) Não tem nenhum problema de idéia, de conteúdo (...). Inclusive ela passa de uma forma até emocionante. (...)”</p> <p>(Os comentários do segundo recorte foram realizados após questionamento da pesquisadora quanto a este item).</p>
<p>F08</p>	<p>“(…) Apoio na oralidade mesmo (...). A questão da concordância que ela não faz (...). Tem muitos erros ortográficos também (...). Estes erros de ortografia que ela está apresentando, que para a série dela são muitos, mas tem que considerar que ela é de escola pública, de uma situação financeira ruim (...)”</p>	<p>(…) A intenção da aluna, ela está conseguindo se comunicar, ela está colocando o que aconteceu (...). O interessante é analisar como foi essa produção de texto, com que finalidade (...) se ela conseguiu responder às expectativas (...)”</p>
<p>F09</p>	<p>“(…) Eu acho que o que dá para ver de mais gritante é o apoio na oralidade que ela tem (...). Por exemplo, <i>Ponto Socorro</i>, não sei se é assim que ela fala (...), <i>isame</i>, (...) também acredito que é da realidade dela (...)”</p>	<p>“(…) Mesmo assim, ela é boa de escrever, não acho que ela teria um problema para organizar suas idéias. Ela até procura uma forma interessante de organizar: ela coloca uma pergunta e responde (...)”</p>
<p>F10</p>	<p>“(…) Há erros ortográficos e de concordância e muito apoio na oralidade (...), mas acredito que estes erros são mais ortográficos (...). O trabalho fonoaudiológico também poderia estar voltado para mostrar à criança que num vestibular, por exemplo, ela precisa escrever e acordo com a língua padrão.</p>	<p>“O texto tem muitas questões ortográficas e de pontuação, mas até que ela estrutura bem as idéias (...). De uma forma geral, eu não acredito que isto (os erros) tenha prejudicado o andamento do texto, apesar</p>

				de ela se apoiar muito na oralidade.”
F11	“(…) Tem muitas questões ortográficas, (…) mas me chama a atenção que ela já está conseguindo enfrentar muitos erros (…) de ortografia (…) e gramática (…).”			“O texto tem algumas questões ortográficas, mas me chama muito a atenção o (…) conteúdo. Ela conseguiu narrar com muita coerência o que foi vivido por ela (…).”
F12	“(…) Agora, como uma criança de 6ª série, tem alguma falhas da própria escrita (...), mas que não perturba a compreensão do texto dela (...).”			“(…) o texto dela está ótimo. Ela introduz, abre as partes que ela vai especificar (...). Ele está todo articuladinho, com começo, meio e fim (...). Eu acho que ela cumpre o objetivo dela (...).”
F13	“E eu posso corrigir? É porque é mania de corrigir (...). Tem muita correção (...). Ela tem uns erros aqui (...) ortográficos, pontuação, acentuação, escrita apoiada na fala (...). Tem muita ortografia, mas a pontuação é o pior (...).”			“(…) o conteúdo dela tem coerência (...), tem começo, meio e fim, tem um desenvolvimento adequado, tem uma conclusão (...).”
F14	ponto socorro	-----	“(…) chegando no ponto socorro (...).”	“(…) A idéia fica um pouco confusa, mas eu penso que a idéia dela não vai poder ser inteira falando da morte do irmão (...). Ela tem dificuldade de fechar algumas idéias (...) não há uma seqüência (...). Está difícil de entender a história (...) ela não organiza as idéias (...).”
	isame	-----	“(…) os médicos foram fazer o isame (...).”	
	ensame	-----	“(…) sem fazer ensame nenhum (...).”	
	na beira da morte	-----	“(…) já estava na beira da morte (...).”	
	abraça	-----	“(…) meus primos vieram logo me abraça (...).”	
	távamos	-----	“(…) que nós tavamos sentindo (...).”	
F15	“(…) aqui tem errinhos de concordância, que eu acho que é normal do nível socioeconômico dela, muito apoio na oralidade (...).”			“(…) Está um texto até coerente, com todas as informações (...)’

<p>F16</p>	<p>“(…) Não acho que seja interessante apontar ‘erros’ referentes aos desvios da norma padrão, como inadequação na concordância verbal, ‘erros ortográficos’, etc. Agir desta forma acabaria afastando-me do meu papel enquanto fonoaudióloga. O que me chamou a atenção foi a presença de variações lingüísticas referentes ao uso da linguagem formal e informal e marcas da fala (...). Tais variações não considero como erro ou desvio e sim como uma marca da produção escrita da aluna.”</p>			<p>Não foram feitos comentários sobre o conteúdo do texto. Quando questionada pela pesquisadora, afirmou ter compreendido a mensagem que a aluna queria transmitir em seu texto.</p>
<p>F17</p>	<p>“(…) A gente encontra erros que são ortográficos e que (...) já devia ter sido vencido (...). Eu me deparo com variações lingüísticas, mas que a gente sabe que são (...) daquela coisa do oral ainda estar muito presente (...). Eu acho que precisa favorecer mais a leitura para ela ir percebendo essas variações lingüísticas (...).”</p>			<p>“(…) Eu acho que o texto é super bem construído em termos de conteúdo (...), detalhado, com seqüência, com início, meio e fim, com coesão e coerência. A gente percebe que é um texto muito aprimorado (...).”</p> <p>(Os comentários deste recorte foram realizados após questionamento da pesquisadora quanto a este item).</p>
<p>F18</p>	<p>-----</p>	<p>madrugã</p>	<p>“(…) tudo começou na madrugada do mês (...).”</p>	<p>“(…) Achei interessante o conteúdo e acho que a escrita não prejudicou em nada a leitura. Tem umas coisas bem de oralidade (...). Na verdade, o conteúdo me chamou mais atenção do que o resto, do que a forma (...).”</p>
<p>-----</p>	<p>Daminhão</p>	<p>“(…) para o hospital Frei Daminhão (...).”</p>		
<p>ponto socorro</p>	<p>-----</p>	<p>“(…) chegando no ponto socorro (...).”</p>		
<p>-----</p>	<p>enternaram</p>	<p>“(…) os medicos enternaram ele (...).”</p>		
<p>-----</p>	<p>ensame</p>	<p>“(…) sem fazer ensame nenhum (...).”</p>		